

15 MAI 2017

GAZETA DO POVO

Os juizes-escudeiros de Edson Fachin

Os 'escudeiros' do ministro Fachin

Relator dos processos da Lava Jato no STF, o ministro Edson Fachin é o magistrado com a maior equipe da Corte. Ele conta com a ajuda de três juizes auxiliares: Camila Plentz Konrath, Paulo Marcos de Farias e Ricardo Rachid.

Ministro, que é relator dos processos da Operação Lava Jato no STF, conta com ajuda de magistrados com experiência no tema

BRASÍLIA

Bruna Borges

Correspondente

● O ministro Luiz Edson Fachin, relator dos processos da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), é o magistrado com a maior equipe entre seus pares na Corte. Ele conta com a ajuda de três juizes auxiliares e solicitou mais um recentemente para dar conta do volumoso trabalho de ações vinculadas à operação. Os outros ministros contam com a assistência de dois magistrados. A mão de obra extra tem razão de ser, já que os processos resultantes da operação têm um volume enorme e também uma grande quantidade de minúcias, que exigem algum conhecimento específico.

A equipe começou a ser formada ainda antes que o ministro assumisse o caso mais comentado do país — o que ocorreu com a morte do ministro Teori Zavascki, ocorrida em janeiro. Logo que foi nomeado para Corte,

em maio de 2015, Fachin chamou Ricardo Rachid de Oliveira para integrar sua equipe para atuar como seu juiz instrutor. Ele é especialista em direito penal e já tinha trabalhado, ainda que de forma breve, na operação.

O estagiário

Rachid foi responsável pela prisão de Nestor Cerveró, ex-diretor da Área Internacional da Petrobras. À época, o Judiciário estava em recesso e ele foi o magistrado designado para analisar o caso e mandar que a Polícia Federal cumprisse o mandado de prisão.

O juiz foi estagiário e aluno de Fachin na Universidade Federal do Paraná. Entre os colegas da Justiça Federal do Paraná, ele é descrito como um juiz sério e cuidadoso em suas decisões. No trato pessoal é visto como cortês. É o braço-direito do ministro.

“Um magistrado muito sério e equilibrado, eficiente e cumpridor de suas responsabilidades, além de Doutor em Direito Penal, reconhecido pela solidez de seus textos acadêmicos nessa área”, descreveu o juiz Anderson Furlan, ex-presidente da Associação Paranaense de Juizes Federais (Apajufe). Rachid foi vice-presidente da entidade

na gestão de Furlan, entre 2014 e 2016. “Tenho absoluta certeza que o auxílio do Ricardo Rachid ao gabinete do ministro Fachin será de extrema relevância para que os processos tramitem sem falhas e com plenas garantias aos acusados, permitindo ao ministro ter segurança de que o desenvolvimento de todas as fases processuais transcorreram, segundo suas estritas orientações”, afirmou.

Fachin também convidou Camila Plentz Konrath para compor seu time de juizes auxiliares. Sua responsabilidade é cuidar de assuntos do direito civil. É descrita como muito inteligente e preparada. Assim como Fachin, ela é uma estudiosa do direito alemão.

CONTINUA

TJ-PR

Chefe de gabinete foi “emprestada” pela esposa do ministro

Fachin chamou para chefiar seu gabinete Paula Boeng. Ela já atuava com essa mesma função com Rosana Amara Girardi Fachin, mulher do ministro, que é desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná. Paula conhece a família há mais de 20 anos e chegou a desmarcar suas férias para auxiliar Fachin em sua

campanha ao STF. Quando a nomeação do ministro foi concluída, ele a convidou para continuar trabalhando com ele. Formada em direito, Paula era funcionária concursada do TJ-PR e tinha a confiança de Rosana, que não queria se desfazer da colaboradora. Segundo a **Gazeta do Povo** apurou, o ministro precisou fazer um “apelo emocional” para a esposa argumentando que no Paraná ela conheceria mais pessoas tão competentes como Paula, mas que ele

conhecia poucas pessoas em Brasília para ocupar um cargo tão estratégico. Pessoas próximas ao ministro a descrevem como fiel escudeira, que coordena a parte administrativa do gabinete, cuida de 11 assessores jurídicos e de outros 15 servidores, além administrar as audiências do ministro. Ela controla a agenda de Fachin e o tempo que advogados terão com ele. Por causa disso, alguns advogados a descrevem com o sargento do gabinete.

Reprodução



Farias: eficiência e rapidez.

Reprodução



Rachid: sério e cuidadoso.

Reprodução



Konrath: muito inteligente.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

15 MAI 2017

Farias tem experiência com a Lava Jato

• Além de Ricardo Rachid de Oliveira, outro integrante da equipe diretamente ligado à Lava Jato é o juiz Paulo Marcos de Farias. Ele foi herdado do gabinete do antigo relator da Lava Jato no STF, Teori Zavascki, morto em janeiro num acidente aéreo. Farias carrega para o quadro de assessores jurídicos todo o conhecimento anterior sobre a operação.

Farias é catarinense e atuava como juiz instrutor no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) ao lado do ministro Jorge Mussi antes de chegar ao STF. Ele é conhecido por dar celeridade aos processos que cuida. Em 2014, a vara sob sua responsabilidade em Florianópolis ficou em primeiro lugar em eficiência pela pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Para Farias, a morosidade da Justiça se dá pelo excesso de recursos. De acordo com a Associação dos Magistrados Catarinenses, o juiz acredita que o sistema recursal privilegia quem usa esse meio para protelar os processos. Seu lema é “justiça tardia é injustiça qualificada”.

“[Ele] atua de forma dinâmica e objetiva, prezando pela celeridade das ações judiciais que tramitam sobre sua responsabilidade”, descreveu o juiz catarinense Marcelo Volpato de Souza. “Possui um perfil mais rigoroso, tanto para acatar a tese da acusação quanto pela defesa.”

Volpato afirma ainda que Farias usava diversos recursos para garantir o andamento eficaz dos processos. De acordo com o magistrado, o colega teria mantido um padrão mínimo de dez julgamentos por mês, priorizava casos em que o réu encontra-se preso e participava da semana nacional do júri, quando eram realizadas sessões do tribunal do júri em todos os dias da semana.

“O juiz tem quase 20 anos de magistratura, com experiência, extremamente organizado, pragmático. Sua atuação nas varas criminais das comarcas onde atuou permitiram que conduzisse a Vara do Júri da capital [Florianópolis] com êxito”, descreveu o juiz catarinense Getúlio Corrêa.

15 MAI 2017

GAZETA DO POVO

As reviravoltas do caso Carli Filho no STF

Inicialmente previsto para ir a julgamento no plenário do STF, habeas corpus que impede realização de júri foi retirado da pauta

Da Redação

● A semana passada foi de reviravoltas no caso Carli Filho. Inicialmente previsto para ir a julgamento no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) na última quinta-feira (11), o habeas corpus interposto pela defesa foi retirado de pauta e não há previsão de quando voltará. Não se sabe, nem mesmo, se o caso será levado ao plenário pelo relator, o ministro Gilmar Mendes.

O cenário ficou incerto após a publicação de decisão do ministro em relação a um dos recursos da defesa. Em sua decisão, Gilmar Mendes considerou que Carli deve ir a júri popular. O ministro, no entanto, não decidiu sobre o habeas corpus — que na prática é o que impede julgamento popular de Carli. Caso Gilmar Mendes decida que não há mais base para analisar o habeas corpus, o processo deverá ser remetido à Justiça do Paraná para que sejam iniciados os procedimentos que levam ao julgamento.

A defesa do ex-deputado estadual do Paraná já afirmou que pretende entrar com um recurso regimental

contra a decisão de Gilmar Mendes. A estratégia será apresentar um recurso regimental para tentar fazer com que um colegiado julgue o recurso sobre o qual Mendes já decidiu. Essa seria mais uma medida protelatória interposta pela defesa de Carli para impedir a realização do julgamento.

No cerne do caso Carli Filho está a discussão sobre o dolo — ou seja, a intenção de causar um dano — quando se trata de crimes no trânsito envolvendo bebida e direção. A expectativa era de que o julgamento do Caso Carli pelo plenário do Supremo desse um indicativo de como a Justiça deve atuar nessas situações. Outro ponto que o julgamento em plenário do habeas corpus interposto pela defesa de Carli ajudaria a esclarecer seria sobre a possibilidade de realização de júri mesmo quando ainda há recursos pendentes.

RELEMBRE O CASO Acidente que deu origem ao processo ocorreu há 8 anos

● O caso que hoje está em debate nos tribunais tem origem na madrugada de 7 de maio de 2009. O então deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho dirigia alcoolizado e em alta velocidade quando o carro que ele conduzia colidiu contra o veículo em que estavam Gilmar de Souza Yared e Carlos Murilo de Almeida. Na época com 26 e 20 anos, respectivamente, os dois jovens morreram na hora.

Quase cinco anos depois, em fevereiro de 2014, a 1.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) entendeu que havia indícios de que Carli Filho assumiu o risco de matar e confirmou o júri popular para os dias 21 e 22 de janeiro do ano seguinte, por duplo homicídio doloso qualificado. Mas o júri foi suspenso por decisão do então ministro Ricardo Lewandowski. Ele entendeu que seria necessário que os recursos interpostos pela defesa em cortes superiores fossem julgados antes.

Em maio do ano passado, depois de um longo período de silêncio, Carli Filho divulgou um vídeo pedindo perdão às mães dos jovens mortos. Em resposta, a mãe de um deles, a deputada federal Chistiane Yared disse não ter percebido sinceridade no pedido de perdão e que Carli estava "sete anos atrasado para o enterro" do filho dela.

● INADIMPLÊNCIA

Deputado 'mais rico' do Brasil deve R\$ 57 mi para a União

Emenda do deputado federal prevê a isenção ou a redução em até 90% das multas interpostas por atrasos nos pagamentos.

Alfredo Kaefter tem patrimônio declarado de R\$ 108,5 milhões; foi dele a emenda que elevou de 96 para 240 meses o parcelamento de dívidas

Felipe Anibal

● Deputado federal mais rico do país entre os eleitos na última eleição — com bens declarados que somam R\$ 108,5 milhões —, o paranaense Alfredo Kaefter (eleito pelo PSDB e que está no PSL) deve R\$ 57 milhões em tributos à União. Os valores já estão inscritos na dívida ativa, constam do portal da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e os dados são públicos.

Mesmo tendo essa dívida milionária com o governo federal, o parlamentar apresentou emendas ao texto da medida provisória (MP) 766, que alivia condições para os devedores. Uma delas estende a possibilidade de parcelamento da dívida, de 96 para 240 meses. À **Gazeta do Povo**, Kaefter culpou a crise.

Dono de um conglomerado empresarial que reúne frigorífico, distribuidora de varejo, seguradora e veículos de comunicação, Kaefter

deve, principalmente, por causa de suas empresas. Só a rede Dip Supermercados — que tem o parlamentar como sócio administrador — soma R\$ 39,3 milhões em dívidas. O grupo de comunicação do deputado e uma indústria avícola têm débitos com a União de R\$ 6,1 milhões e de R\$ 5 milhões, respectivamente.

Por meio de sua assessoria, o parlamentar reconheceu que “tem mesmo dívidas com o fisco de empresas de seu vínculo, tal como milhares de empresas brasileiras”. “No Brasil, além de todas as dificuldades inerentes ao sistema econômico, vivemos nos últimos anos uma crise sem precedentes, com queda de vendas, falta de crédito, juros altos e um cabedal de carga tributária”, diz na nota.

Ao se defender das dívidas com a União, Kaefter disse que trabalhou “exaustivamente” no Programa de Regularização Tributária (PRT), chamado de Super Refis e instituído a partir da MP 766. O projeto beneficia

justamente empresas em dívida com a União.

Kaefter afirma que apresentou diversas emendas que foram incorporadas ao projeto e, por isso, se considera “coautor” do relatório da comissão especial da MP do Super Refis. Uma das emendas apresentadas por ele estendeu a possibilidade de parcelamento da dívida, de 96 para 240 meses.

FALÊNCIA

O deputado Alfredo Kaefter também atribuiu suas dívidas à falência de seu grupo empresarial, que, segundo ele, foi decretada indevidamente em 2014. Em abril, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) cassou a falência do conglomerado de empresas do parlamentar. Kaefter é investigado em seis inquéritos e uma ação penal no Supremo Tribunal Federal (STF). Há suspeitas, inclusive, de que ele usava as falências de suas empresas para enriquecer, a partir de manobras contábeis.

15 MAI 2017

GAZETA DO POVO

Começa disputa para sucessão de Janot no MP

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

● O Ministério Público começa nesta segunda-feira (15), o processo de escolha do sucessor do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Os candidatos devem se inscrever oficialmente para a eleição interna, que será realizada na última semana de junho.

A possibilidade de uma nova recondução de Janot é descartada por apoiadores e opositores do chefe do Ministério Público.

Sem consenso em torno de um nome forte para o cargo e em meio a desdobramentos da Operação Lava Jato, a disputa deste ano é vista como uma das mais incertas do histórico recente da instituição.

Desde os governos Lula e Dilma há a tradição de se indicar o mais votado da lista tríplice formada pelo Ministério Público.

Há uma incerteza, no entanto, a respeito da decisão do presidente Michel Temer — com especulações de que ele não indicará o candidato que receber mais votos da categoria.

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), que organiza as eleições internas, José Robalinho Cavalcanti disse que os procuradores “não admitem mais que não se respeite a lista tríplice”. Até agora, se apresentaram como candidatos Nicolao Dino, Ela Wiecko, Mario Bonsaglia, Raquel Dodge, Carlos Frederico e Sandra Cureau.

COLUNA DO LEITOR

STF

O STF vive constantemente em operação tartaruga! Para ser ministro, o jurista deveria passar por concurso público e ainda estar sempre sob avaliação superior quanto à morosidade. O STF precisa ter regras que estabeleçam prazos para as fases dos processos.

Luiz Eduardo Kossatz Hunzucker

GAZETA DO POVO

obituário

13 MAI 2017
14 MAI 2017

José Meger: exemplo para a família e a magistratura

Da Redação

José Meger não teve a sorte de nascer em uma família de posses. Naquela época, a lida no campo em uma cidade interiorana era a única opção para os filhos de Maria e Francisco Meger. José, o primogênito de sete filhos, nasceu em 19 de novembro de 1920, em Rio Azul, no Paraná. Com 5 anos já trabalhava na lavoura. A mãe morreu cedo e o menino ganhou mais quatro irmãos com o novo casamento de seu pai.

A vida foi difícil devido ao trabalho e aos maus-tratos por parte do pai e da madrasta. Em meio a um desentendimento sério com o pai, José pegou um trem para Castro e levou os irmãos. Tinha 14 anos. Apenas com a roupa do corpo, foi para a casa de uma tia, que o abrigou em troca de trabalho. Passadas algumas semanas, conseguiu um emprego em uma farmácia, depois foi ajudante de pedreiro e vendedor de pão na rua.

Após dois anos, José havia feito amizade com alguns estudantes locais que o incentivaram a estudar. Como na padaria não tinha condições devido à carga horária, decidiu procurar emprego como "sacristão" do padre. O vigário resolveu aceitar e, em troca de abrigo e comida, ajudava como zelador da igreja. Assim podia frequentar as aulas à tarde. Concluiu o primário e o ginásio.

Tempos depois, quando já tinha 21 anos, foi convocado

Arquivo da família



para servir ao Exército em meio à Segunda Guerra Mundial.

Apresentou-se no 15.º Batalhão de Infantaria, em Curitiba. Como tinha prática de escrever a máquina, o comandante aceitou que trabalhasse como datilógrafo na Divisão de Convocação de Reservistas. Foi quando convidou um dos irmãos, Thomaz, para ir estudar em Castro. Após terminá-los, ele também veio a residir em Curitiba.

José frequentou o científico à noite e pagava os estudos com o soldo do Exército. Seu objetivo era cursar uma faculdade. Concluída aquela etapa, fez inscrição para o vestibular de Medicina, mas foi impedido pelo comandante de fazer a prova, pois ainda era militar. Como só poderia estudar à noite, inscreveu-se no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná. Em 1945, com o fim da guerra, terminou também seu compromisso militar.

Por indicação de um capitão, chefe da repartição em que José trabalhava, conseguiu emprego de auxiliar de escritório na Indústria de Artefatos de Couro Ltda., no bairro Seminário, em Curitiba. Sem grandes perspectivas de ganho, resolveu

fazer vestibular para Direito e cursou as duas graduações simultaneamente. Foi então que conheceu Zeni, também auxiliar de escritório na mesma indústria. Namoraram por algum tempo, até que ele se formou em Ciências Econômicas, e então puderam se casar. A cerimônia ocorreu 26 de fevereiro de 1949, na Igreja Santa Teresinha, na capital.

Era o tempo da ditadura de Getúlio Vargas. Continuou o curso de Direito e começou a advogar a partir do 4.º ano - naquela época a prática era permitida. Já com a inscrição da Ordem dos Advogados do Paraná, decidiu advogar em Rio Azul, Mallet e Irati.

Abriu um escritório de contabilidade em sociedade com outro contador em Rio Azul. Após concluir o curso de Direito, foi nomeado interinamente promotor da Comarca de Rebouças, onde permaneceu por dois anos. Acabou sendo exonerado e resolveu fazer o concurso para juiz de Direito. Tanto a nomeação quanto a exoneração foram motivadas por questões políticas. Passou em 4.º lugar no concurso e foi nomeado juiz da Comarca de Mallet. Assim, entregou o escritório de contabilidade a seu sócio.

O casal já tinha três filhos — Odilon, Marly e José Carlos —, quando nasceu Marilene, em Mallet. A esposa Zeni cuidou da educação dos filhos e da casa. Ela sempre esteve ao lado de José e zelava pela família que construíram juntos.

CONTINUA

13 MAI 2017

14 MAI 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Como juiz substituto, atendeu as comarcas de União da Vitória, São Mateus do Sul e São João do Triunfo. Após cerca de seis meses, passou a juiz titular da mesma comarca. Depois de dois anos em Mallet, por merecimento, foi designado para a Comarca de Pato Branco. Toda a família se mudou para o Sudoeste.

O trabalho era intenso e exigia muita dedicação. As decretações de prisões eram constantes e muitos presos foram encaminhados à capital para evitar fugas e revoltas. Ele era tido como linha dura. Questões políticas motivaram pedidos à Corregedoria Geral da Justiça para removê-lo de lá. José passou a receber diversas ameaças de morte e a vida tornou-se muito tensa.

Também teve de enfrentar um "levante de posseiros", em protesto contra os jagunços que praticavam crimes de várias espécies. Tomou providências perante os revoltosos para evitar perseguições e mortes. Foi chamado de comunista, sob a alegação de ter incentivado a revolta agrária. Foi investigado pelo Exército e pela Corregedoria, mas nada ficou comprovado.

Quando estava atendendo na Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, sofreu um derrame de pleura e entrou em coma. Um médico o salvou. Sem condições de receber assistência no local, fretou um avião particular para ser transportado até Curitiba e concluir o tratamento. Diante do frágil estado de saúde, após retornar a Pato Branco, pediu transferência para a Comarca de Imbituva.

Permaneceu como titular na nova comarca por sete anos. Nesse período nasceram os gêmeos Silvinei e Silvana. Aos sete meses, a menina faleceu em Curitiba devido à insuficiência cardíaca.

Após ser designado para a Comarca de Londrina, passou a titular da 1.ª Vara Criminal. Dois anos depois, foi finalmente transferido para Curitiba. Atendeu a diversas varas da capital, como Cível, Criminal, da Criança e do Adolescente, entre outras. Foi titular da 9.ª Vara Cível e, depois de sete anos, foi nomeado juiz do Tribunal de Alçada do Paraná. Atuou na 2.ª Câmara Cível, foi vice-presidente e, em 1985, passou a presidente desse tribunal. Em fevereiro de 1986, foi nomeado Desembargador, fazendo parte do Conselho de Magistratura, da Comissão de Concursos e Promoções e da Comissão de Regimento Interno.

Após mais de 36 anos de atividade, veio a aposentadoria compulsória por ter completado 70 anos, em novembro de 1990. Para José, o juiz deveria governar o povo de uma comarca, mas não no sentido político; mas no sentido psicológico, por meio de exemplos, virtudes e da coragem cívica e profissional.

Ao longo da trajetória, José aprendeu, ensinou e transmitiu o que de melhor acumulou. Viveu até os 96 anos e lutou até o fim. Deixou muitas lembranças boas e saudades à esposa Zeni, aos filhos - Odilon, Marly, José Carlos, Mari e Silvinei -, aos netos, e bisnetos.

Dia 5 de maio, aos 96 anos, em Curitiba.

GAZETA DO POVO

RUBENS NAVES

13 MAI 2017

14 MAI 2017

Ameaça às organizações da sociedade civil

No dia 10 de maio, a imprensa repercutiu a decisão da 10.^a Vara Federal de Brasília que determinou a suspensão das atividades do Instituto Lula. Em conformidade com o despacho divulgado, o magistrado fundamentou a decisão no artigo 319 do Código de Processo Penal, que autoriza a adoção de medidas cautelares diferentes da prisão como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal.

A determinação de suspensão das atividades, por tempo indeterminado, de uma organização da sociedade civil seria forma de garantir a efetividade de futura decisão judicial ou impedir que houvesse obstrução da instrução criminal. No entanto, o dispositivo de natureza processual, que é, por definição, instrumento para o cumprimento de certa finalidade, deve ser lido à luz das prescrições constitucionais sobre a matéria, que reconhecem, garantem e prestigiam o direito à livre associação, como corolário do direito de liberdade.

Diretamente ligado à liberdade de expressão, em seu espectro coletivo, e ao regime democrático de governo, o direito à livre associação tem origem na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e está presente na Constituição Federal de 1988, que, repetindo garantia constante dos textos constitucionais precedentes, cuidou do assunto expressamente no artigo 5.^o. Pela disposição expressa do inciso XX, as associações só poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial que, embora não exija o trânsito em julgado, deve ser absolutamente necessária e adequada para cumprir a finalidade prescrita pelo ordenamento, sob pena de desvio de finalidade.

A adoção de medida tão extrema deve se dar em um ambiente excepcionalíssimo, no qual medida cautelar desta ordem seja imprescindível para a continuidade da apuração em curso. Uma decisão judicial nesse sentido deve apontar evidências claras e objetivas de que tal excepcionalidade é adequada no caso concreto em análise, apontando fatos suficientemente consistentes e graves.

A decisão da 10.^a Vara Federal de Brasília em relação ao Instituto Lula não cumpre essa exigência e, portanto, representa ameaça às sociedades civis de uma forma geral, colocando-as em situação de extrema fragilidade perante o Poder Judiciário.

Em março deste ano, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) lançou o novo Mapa das Organizações da Sociedade Civil, que apresenta catálogo composto por 400 mil OSCs, apontando o campo de atuação, número de funcionários, tipos de parceria com entes governamentais, entre outros aspectos. Esse número dá dimensão do papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil em nosso país, onde elas muitas vezes atuam no espaço não ocupado pelo poder público.

O momento é de implementação do novo marco legal apresentado pela Lei 13.019/14, que objetiva desenvolver o terceiro setor e regular sua atuação com regras de governança mais bem estabelecidas. O Estado, representado pelos seus três poderes, e a sociedade devem repelir qualquer tentativa destinada a amesquinhar o direito de liberdade. Longe de apenas atingir uma sociedade civil específica, decisão judicial com esse caráter impacta todas elas e põe em risco a imensurável contribuição dada pelo terceiro setor ao nosso país, que tem tantas carências sociais quanto ranços do autoritarismo.

Rubens Naves, advogado, ex-professor e chefe do Departamento de Teoria Geral do Direito na PUC/SP e ex-presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, é fundador e conselheiro da Transparência Brasil.

ELIO GASPARI

A supremacia de Gilmar Mendes

O ministro Gilmar Mendes zanga-se quando são feitos paralelos entre os costumes do Supremo Tribunal Federal e os da Corte Suprema dos Estados Unidos. Tudo bem, mas não passa pela cabeça de mulheres ou maridos de juízes da Corte americana a ideia de associar seus nomes a uma advocacia que atende litigantes com processos em curso no tribunal. A advogada Guiomar Feitosa, mulher de Gilmar, é sócia do poderoso escritório que defende interesses de Eike Batista, ainda que não tenha patrocinado a petição que levou Gilmar Mendes a libertá-lo.

Outro dia, respondendo a uma estudantada do Ministério Público, Gilmar disse que “se nós cedêssemos a esse tipo de pressão, nós deixaríamos de ser ‘supremos’.” Por enquanto, supremo é o tribunal. Ao mencionar sua supremacia o ministro caiu numa armadilha da história. “Yo, el Supremo” é o nome de um romance do paraguaio Augusto Roa Bastos, tratando da vida de José Rodríguez de Francia, que governou seu país no durante 24 anos, até sua morte, em 1840. Francia intitulava-se “Supremo y Perpetuo Dictador de Paraguay”.

Há uma certa bipolaridade na forma como Gilmar distribui adjetivos. Primeiro, chama de “supremos” a si e aos dez colegas. Depois, insinua que um deles, Marco Aurélio Mello, está no grupo de pessoas que “passaram de velhos a velhacos”.

Não há notícia de juiz americano que tenha fundado um estabelecimento de ensino privado em Washington. Gilmar é sócio-fundador e astro-rei do Instituto Brasiliense de Direito Público, o IDP, que mantém profícuos convênios com instituições oficiais.

A briga de hoje com o procurador-geral Rodrigo Janot é feroz e verbal, mas está contida numa moldura jurídica. Gilmar Mendes já brigou com o ex-procurador-geral Inocêncio Mártires Coelho, num litígio de moldura pecuniária, mantido em segredo de Justiça. Inocêncio foi sócio de Gilmar na fundação do IDP em 1998 e em 2010 os dois desentenderam-se. A encrenca foi encerrada em 2011, a pedido de Inocêncio, que saiu da sociedade levando R\$ 8 milhões.

Nessa disputa, Gilmar foi defendido pelo advogado Sérgio Bermudes, seu amigo pessoal, de cujo escritório Eike Batista é cliente e Guiomar Feitosa Mendes, sócia.

LULA E A HISTÓRIA

Se Lula contou direito sua própria história ao juiz Moro, não se sabe. Lidando com História do país que governou e pretende voltar a governar, é certo que fritou-se. A certa altura, ele informou que decidiu colocar o nome de personalidades históricas nos navios da Petrobras. Assim, homenageou o historiador Sergio Buarque de Holanda e o “marechal negro, Antonio Cândido”. Morto nesta sexta aos 98 anos, o professor Antonio Cândido foi um dos fundadores do PT, vivia em São Paulo e nunca sentou praça. Existe um personagem histórico com nome parecido, é o marinheiro João Cândido, líder da revolta da Chibata, de 1910. Ele é conhecido como o “Almirante Negro”. É improvável que Marisa Leticia chamasse o professor Antonio Candido de marechal.

14 MAI 2017

13 MAI 2017

14 MAI 2017

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

Moro "em" Pânico

Ao embarcar no Aeroporto Afonso Pena na última sexta-feira com destino a São Paulo, de onde pegaria um voo para Londres, o juiz Sergio Moro foi surpreendido pelos humoristas Evandro dos Santos, o Christian Pior, e Rodrigo Scarpa, o Vesgo, do programa Pânico na Band. Ao vê-lo, eles o abordaram para lhe entregar alguns gibis que trouxeram — Moro é fã de histórias em quadrinhos. Os dois vieram a Curitiba para gravar uma matéria sobre os lugares que Moro frequenta na cidade, entre eles o bar Paraguassu, no Juvevê, onde costuma ir aos sábados com a família e amigos.

•••

A dupla deixou com o proprietário do bar, João Zucolotto, mais alguns gibis que trouxe especialmente para Moro.

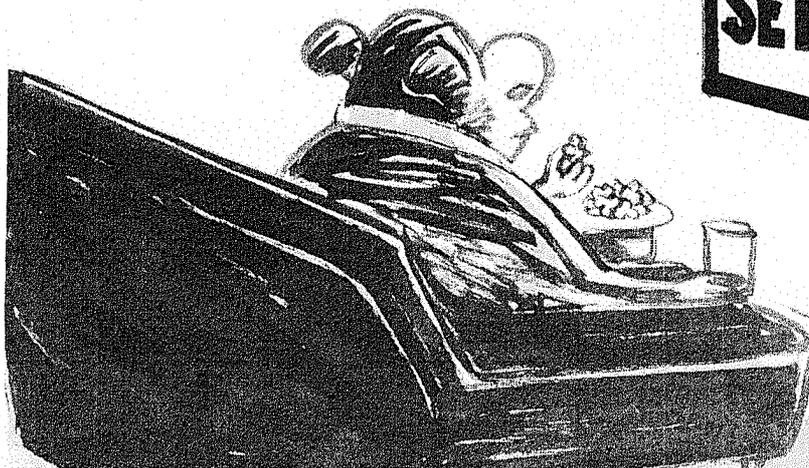
13 MAI 2017

14 MAI 2017

GAZETA DO POVO

BENETT

UM FILMINHO PARA
RELAXAR NO
FINAL DE SEMANA



PRENDA-ME
SE FOR CAPAZ

Palocci começa a negociar delação com a Lava Jato

Ex-ministro de Lula e Dilma é acusado de ter operado propina para o PT

Petista deve citar financiamentos do BNDES e mencionar relações com empresas e o setor financeiro

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

O ex-ministro Antonio Palocci decidiu negociar um acordo de delação premiada com os procuradores da Lava Jato. Na tarde desta sexta (12), ele avisou seu advogado de defesa, José Roberto Batocchio, que ele teria de se afastar do caso. A informação foi antecipada pela **Folha**.

Ele é o segundo petista graduado a decidir fazer delação, após o acordo do ex-senador Delcídio do Amaral.

A negociação será feita por dois advogados de Curitiba, Adriano Bretas e Tracy Reinaldet. Os dois já haviam sido contratados por Palocci, mas, sem explicações, o ex-ministro rompeu o acerto inicial.

Nesta semana Palocci retomou as conversas com os advogados e decidiu que partiria para a delação, como revelou a colunista Mônica Bergamo nesta sexta-feira (12).

Réu em dois processos em Curitiba, Palocci teme que suas condenações ultrapassem os 30 anos de prisão.

A **Folha** apurou que o afastamento de Batocchio foi uma exigência da força-tarefa. O próximo passo para Palocci será desistir do pedido de habeas corpus que está para ser julgado pelo Supremo.

O ministro Edson Fachin decidiu que o pedido não será julgado pela segunda turma do Supremo, que soltou

quatro investigados da Lava Jato em menos de uma semana: o ex-ministro José Dirceu, os empresários Eike Batista e José Carlos Bumlai e o ex-tesoureiro do PP João Cláudio Genu. A decisão de Fachin foi vista pela defesa de Palocci como uma manobra.

O QUE PESOU

Pesou na decisão a operação que a Polícia Federal deflagrou nesta sexta (12), em torno de repasses do BNDES para o grupo JBS, num total de R\$ 8,1 bilhões. Palocci é apontado nas investigações como um dos intermediários dos financiamentos que geraram supostas propinas.

Outra influência na decisão de Palocci foi a delação da Odebrecht. Documentos apreendidos pela Polícia Federal apontam que o ex-ministro teria sido responsável por administrar repasses no valor de R\$ 128 milhões entre 2008 e 2013.

Palocci era chamado de "Italiano" nos comunicados internos da Odebrecht sobre repasses para o PT. O ex-ministro ficou negando por meses que era o "Italiano", mas o codinome foi confirmado por Marcelo Odebrecht, ex-presidente do grupo.

O marqueteiro João Santana disse em sua delação que Palocci combinou com ele que parte dos pagamentos da campanha de Lula em 2006 seriam feitos no exterior.

Ex-ministro da Fazenda de Lula e Casa Civil de Dilma, Palocci foi preso em setembro do ano passado numa fase da Lava Jato chamada Omertà, que quer dizer "lei do silêncio" no linguajar dos mafiosos.

A delação de Palocci é vista com potencial explosivo para atingir o sistema financeiro porque ele era o principal interlocutor do PT junto aos bancos. Ele deve citar alguns dos maiores empresários do país, como Joesley Batista, da JBS, e Abílio Diniz.

Uma auditoria interna do Pão de Açúcar apontou que uma empresa de Palocci recebeu R\$ 5,5 milhões do grupo entre 2009 e 2010 sem comprovação de que os serviços fossem prestados. Procuradores suspeitam que o pagamento possa ter relação com a campanha de Dilma Rousseff, de 2010.

Citados negam relação irregular com ex-ministro

DE SÃO PAULO

Abílio Diniz diz que a auditoria que apontou a inexistência de serviços prestados por Palocci foi realizada pelo grupo Casino e no período analisado (2009-10) ele não exercia função executiva. Segundo a nota, a relação do Pão de Açúcar "sempre foi com o escritório de Márcio Thomaz Bastos".

Diniz diz que "o contrato da Projeto Consultoria, de Palocci, com o escritório de Bastos já foi objeto de investigação, tendo sido encerrada por não apresentar irregularidades". A JBS não se manifestou.

13 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Moro rejeita 4 das 86 testemunhas pedidas por Lula

JOSÉ MARQUES
DE CURITIBA

O juiz Sergio Moro negou pedido da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ouvir 4 das 86 testemunhas listadas em uma das ações em que o petista é réu na Lava Jato. As quatro moram no exterior —duas não são brasileiras.

No entanto, Moro aceitou que a defesa liste outras quatro pessoas que moram no Brasil para depor no lugar das testemunhas excluídas.

“A ampla defesa, direito fundamental, não significa um direito amplo e irrestrito à produção de qualquer prova, mesmo as impossíveis, as custosas e as protelatórias”, disse Moro em sua decisão.

Esse processo acusa o ex-presidente de ter recebido vantagens indevidas da Odebrecht em troca de contratos da empreiteira com a Petrobras —e não é o mesmo que levou o ex-presidente a depor na última quarta-feira (10) em Curitiba, relativo a contratos da OAS.

As testemunhas que Moro negou ouvir são os embaixadores do Brasil em Lima, Marcos Leal Raposo Lopes, em Paris, Paulo Cesar de Oliveira Campos, e duas pessoas que fizeram auditoria na Petrobras, Nicholas Grabar e Stuart K. Fleischan.

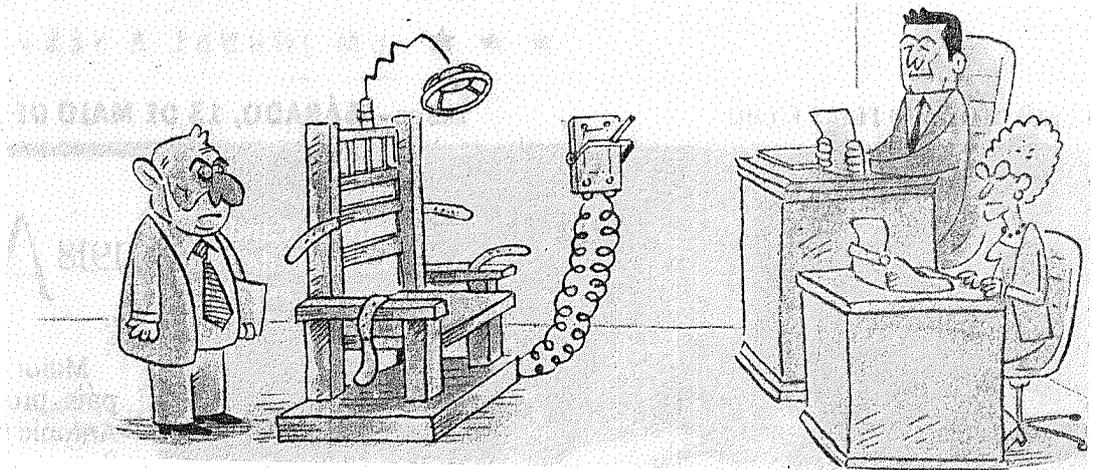
Para a defesa, os embaixadores ocuparam postos relevantes durante o governo Lula e “poderão prestar valiosos esclarecimentos para

contrapor as afirmações contidas na denúncia —notadamente no que diz respeito ao caráter lícito, probo e ético da atuação do petionário [Lula] em relação aos assuntos relativos à Petrobras”.

Já sobre os auditores, disseram que “ambos participaram de amplo e minucioso processo de auditoria na Petrobras, por ocasião das emissões de ações em 2010, conhecendo detalhes da operação, bem como da própria companhia”.

13 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO
BANCO DOS RÉUS



A pena e a galinha

O criminalista Rodrigo Castor de Mattos, irmão do procurador Diogo Castor de Mattos, integrante da força-tarefa da Lava Jato, atua na defesa do marqueteiro João Santana. No último dia 17, por exemplo, o advogado enviou procuração ao juiz Sergio Moro pedindo sua inclusão como representante legal do publicitário em uma ação penal. O novo caso se soma a uma série de polêmicas sobre a atuação de parentes de procuradores e magistrados em ações vinculadas à operação.

Sem problema Procura-da, a assessoria do Ministério Público Federal em Curitiba afirmou que o procurador Diogo Castor de Mattos não atuou e nem atua em nenhum dos casos ou processos da Lava Jato que envolvem o publicitário João Santana.

Sem problema 2 Além disso, diz a assessoria do MPF, a delação de João Santana foi fechada com a Procuradoria “em 8 de março de 2017, antes do escritório Delivar de Mattos e Castor Advogados assumir a defesa do empresário em 17 de abril”.

Tiro no pé A polêmica sobre a participação de parentes de agentes do MPF e do Judiciário em ações da Lava Jato foi iniciada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao pedir, nesta semana, o impedimento do ministro Gilmar Mendes (STF) em casos ligados a Eike Batista.

MÔNICA BERGAMO

CARA OU COROA

O ex-ministro Antonio Palocci recebeu conselhos e recados de que, para efetivar acordo de delação premiada, seria melhor desacelerar em relação ao habeas corpus em que pede ao STF (Supremo Tribunal Federal) para ser libertado.

DATA VENIA

O habeas corpus divide o Supremo. Sua eventual concessão é tida como mais uma possibilidade de derrota da força-tarefa da Lava Jato no tribunal.

NA MANGA

Réus que fazem acordo de delação concordam em desistir de seguir disputando contra investigadores na Justiça, já que concordam em confessar seus crimes. Antes de fechar negociação, no entanto, dificilmente abrem mão desses instrumentos de defesa.

BANQUETE

Calado até agora em relação aos ataques que sofreu do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que em março o acusou, sem pronunciar o nome, de “decrepitude moral” e de frequentar “banquetes palacianos”, o ministro Gilmar Mendes se anima agora a responder às críticas. “Se o que o amigo íntimo falou dele numa carta aberta for verdade, Janot deve muitas explicações ao país”, afirma.

BANQUETE 2

Mendes se refere a uma carta aberta escrita pelo procurador e ex-ministro da Justiça, Eugenio Aragão, que já foi muito amigo mas agora rompeu com Janot.

Nela, ele conta como o atual procurador geral buscou apoio para ser indicado por Dilma Rousseff para o cargo, inclusive de José Genoíno, então réu do mensalão.

BANQUETE 3

“Como José Genoíno foi reiteradamente comensal em sua casa, nada custava, em último caso, dar-se por suspeito [ao atuar no mensalão] e transferir a tarefa do pedido a outro colega menos vinculado afetivamente, não acha?”, escreveu Aragão em um dos trechos.

13 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Júri simulado debate na USP direito ao esquecimento

Especialistas discutiram episódio hipotético

A tensão entre o direito individual à privacidade e o direito coletivo à informação foi tema de júri simulado na Faculdade de Direito da USP, nesta sexta (12). O exercício visava debater as implicações do “direito ao esquecimento”, demandado por pessoas que buscam deixar para trás fatos desabonadores do passado.

Em 2014, o Tribunal de Justiça da União Europeia decidiu que buscadores como o Google poderiam ser obrigados a filtrar informações sobre o passado de pessoas. Esse direito não existe no Brasil, mas vários pedidos já chegaram aos tribunais.

Por cinco votos a dois, estudantes da universidade decidiram que um homem fictício, que cumpriu pena de 15 anos após matar sua mulher por ciúme, teria o direito de ter notícias sobre o caso ocultadas de um buscador. Por seis votos a um, os jurados também decidiram que ele não teria direito a indenização.

Flávio Yarshell, professor da USP, argumentou que o esquecimento serve para superar fatos traumáticos. Taís Gasparian, professora da ESPM, sócia do escritório RBMDFG Advogados e advogada da **Folha**, defendeu que a questão envolve interesse público muito maior do que o caso individual, pois o direito à informação constitui a base do Estado democrático de direito. (MARCELO SOARES)

Folha realiza evento sobre exploração sexual infantil

Fórum ocorre dia 18, e tem inscrições abertas

A **Folha** realiza na próxima quinta-feira (18) o Fórum Exploração Sexual Infantil.

O evento, realizado em parceria com o Instituto Liberta, vai discutir como combater a prostituição e o abuso de crianças, abordando leis, campanhas, redes de proteção a vítimas e maneiras como empresas podem ajudar.

Estudo da ONG Childhood Brasil mostrou que foram notificados, de 2012 a 2015, mais de 157 mil casos de violência sexual de crianças e adolescentes no país. Mas avanços vêm sendo empreendidos. Em março, uma nova lei foi considerada um aperfeiçoamento do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao prever que crianças vítimas de abuso não podem ser conduzidas repetidas vezes a prestar depoimentos a profissionais não especializados,

Entre os participantes confirmados no evento, estão a cantora Fafá de Belém, a deputada e ex-ministra dos Direitos Humanos Maria do Rosário, a senadora Lídice da Mata, Claudia Vidigal, secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, e Rosely Sayão, colunista da **Folha**.

O seminário acontece a partir das 9h no auditório da Unibes Cultural, na rua Oscar Freire, 2.500, em São Paulo.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no site eventos.folha.com.br.

FOLHA DE S. PAULO

Drauzio fecha trilogia retratos de mulheres com presas

13 MAI 2017

Médico e colunista da **Folha** é voluntário na Penitenciária Feminina da Capital

'Prisioneiras', que chega às livrarias, tem relatos de violência sexual na infância, relações entre detentas e maternidade

FERNANDA MENA
DE SÃO PAULO

"Preciso esquecer tudo o que aprendi nos meus 17 anos em cadeias masculinas", disse o médico e colunista da **Folha** Drauzio Varella no primeiro dia em que atuou como voluntário na Penitenciária Feminina da Capital, em 2006.

Bastaram poucas horas atrás dos muros que separam da sociedade mais de 2.000 mulheres acusadas dos mais variados crimes — ou beós, como ele escreve — para que o autor do best-seller "Estação Carandiru" (Companhia das Letras) percebesse que pisava em terreno pouco conhecido.

Essa imersão no universo das mulheres presas originou "Prisioneiras" (Companhia das Letras), que chega agora às livrarias, rico em descrições e histórias de vida no cárcere.

Na cadeia feminina, outros fatores ditam a dinâmica local: o histórico abundante de violência sexual na infância, a maternidade precoce e a distância dolorosa dos filhos e a complexidade das relações sexuais atrás das grades.

"Foi uma surpresa enorme. A maioria se relaciona com outras mulheres ali, o que altera completamente a relação de forças", avalia Drauzio, 74. "Há vários tipos de sapatões e de entendidas. E não dá pra dizer que a cadeia criou isso. É algo que faz parte do reper-

tório sexual feminino."

"É um paradoxo a mulher poder expressar livremente sua sexualidade justamente quando está na cadeia."

COR-DE-ROSA

Em comum com presídios de homens, entre as mulheres há uma explosão ainda mais robusta no número de presas, a prevalência acentuada do crime de tráfico de drogas e o domínio das facções do crime organizado, ali apelidadas de Comando Cor-de-Rosa ou Comando de Saias, mesmo que com hierarquia mais frouxa.

Desde o ano 2000, o número de presas mulheres subiu 667% (o de homens cresceu 331%). Saltou de 5.600 para mais de 37 mil. Dessas, 68% são acusadas de crimes relacionados ao tráfico de drogas, cifra inflada pelos efeitos da Lei de Drogas, que não distingue objetivamente usuários e traficantes.

"Essas mulheres não representam nada do tráfico nas ruas", diz. Mas o impacto da prisão reverbera na família toda.

Se, do ponto de vista médico, o desafio de Drauzio foi visitar a ginecologia e tratar obesidade, dores nas costas e enxaquecas, do ponto de vista do relato literário a novidade foi lidar com as emoções no cárcere, em especial relacionadas à maternidade. "É algo muito doloroso para as presas."

A maioria tem filhos, em geral na adolescência. "Com isso, abandonam os estudos em número absurdo e comprometem seu futuro e o da criança. Vão entrando por um caminho quase sem saída", diz. E vêm o segundo filho, o terceiro...

Nessas condições, o pequeno tráfico tem emergido como

alternativa econômica. E explica: "Uma menina dessas, de 25 anos, com três filhos, parou de estudar e mora em bairros sem emprego. Pode ser doméstica, mas levará duas horas para ir e voltar ao trabalho. Com quem vai deixar as crianças?"

O problema é quando ela vai presa. "A prisão do homem gera impacto financeiro na família, quando ele de fato colabora com a casa, mas sua mulher segue cuidando dos filhos. Quando é presa, os filhos se espalham entre parentes e instituições, expostos a todo tipo de violência", conta ele, que diz ter se cansado de ver presas chorando a morte dos filhos de overdose ou tiro.

"Fui criado sem mãe, que morreu quando tinha quatro anos. De criança sem mãe os outros abusam. Tinha um pai presente, e passei por coisas que duvido que tivessem feito comigo se tivesse mãe. Violência mesmo. Não é simples."

As trajetórias mais marcantes, diz, são as mais dolorosas. "As piores são de estupro, muitos na infância. Lembro do jeito com que contaram as histórias, do olhar. Que futuro tem a menina criada nessas condições? É fácil dizer: é traficante, é bandida. Mas o que você seria se passasse por anos de abuso e violência em casa?"

Neste sentido, Drauzio afirma ter sido feliz no título do novo livro. "Prisioneiras é algo que transcende a situação de cadeia. É uma discussão da condição feminina. As mulheres são sempre objeto de um julgamento moral que é sexual. E, nas classes sociais mais baixas, a crueldade machista entra com peso. Mesmo em liberdade, são prisioneiras."

PRISIONEIRAS
AUTOR Drauzio Varella

EDITORA Companhia das Letras
QUANTO R\$ 39,90 (296 págs.)

FOLHA DE S. PAULO

DEMÉTRIO MAGNOLI

O Povo contra a Justiça

O cerco de um tribunal
pela massa de militantes
traça uma fronteira de
gueto ao redor do PT

13 MAI 2017

A CHARGE de Hubert, à página A2 da **Folha** (10.mai), no “Dia do Depoimento”, é a mais refinada tradução da operação em curso. Se ela contivesse apenas as imagens de Lula e Moro encarando-se como duelistas, seria mera reiteração da narrativa dominante, construída pelo lulopetismo. Mas o autor dribla a armadilha, inserindo um Chico Buarque, símbolo do PT estampado no peito, que cantarola “olhos nós olhos, quero ver o que você diz...”.

A narrativa é só uma interpretação, configurada para uso político — eis a mensagem da charge. Cabe acrescentar dois registros: 1) o sucesso dos seus fabricantes deve-se, em larga medida, à adesão de correntes odientas de direita, que a repetem, mas para celebrar Moro; 2) Quando triunfa na produção dessa versão, o lulopetismo cava um buraco para si mesmo, depredando seu futuro.

“Se um dia eu tiver cometido erro, não quero ser julgado só pela Justiça, quero ser julgado pelo povo brasileiro”, clamou Lula na praça.

“Quando um político comete um erro, é julgado pelo povo, não pelo Código de Processo Penal”, teorizara antes, diante de Moro, para acrescentar que “eu já fui julgado pelo povo”. Política é, sobretudo, a formulação de narrativas, de preferência duais: Povo vs. Elite, Progresso vs. Reação, Mercado vs. Estado etc.

Lula escolheu uma polaridade singular: Povo vs. Justiça. Funciona, para objetivos imediatos, mas gera sequelas incuráveis. O cerco de um tribunal pela massa de militantes, expressão teatral da narrativa escolhida, traça uma fronteira de gueto ao redor do PT.

A ideia do “julgamento pelo povo”, elemento crucial da narrativa, funda-se na deliberada confusão entre política e justiça. O “erro” político será (ou não) julgado pelos eleitores. O crime, exclusivamente pelo sistema de justiça.

Não é casual a seleção da palavra “erro” para fazer referência a crimes. Nela, encontra-se a articulação semântica da versão que procura exibir o sistema de justiça como um ator do jogo político. Na imprensa, “companheiros de viagem” reverberam a narrativa partidária por meio da expressão “Partido da Justiça”. O sistema de justiça, porém, não tem partido — ao menos nas democracias.

Existe a hipótese de que Moro tenha decidido perseguir Lula? Eduardo Cunha e dezenas de outros réus da Lava Jato apresentam-se igualmente, como perseguidos. Mesmo assim, a hipótese não pode ser descartada. Quem acredita nela — e, ao mesmo tempo, no sistema de justiça das democracias — deve apelar às instâncias judiciais superiores, não à gritaria da militância.

Mas, hoje, quando a coisa é com ele, Lula segue o exemplo de José Dirceu, declarando-se um perseguido político. É um passo do qual o ex-presidente se poupou, no passado recente, quando fez a promessa (vazia) de “provar”, na esfera dos tribunais, a “farsa” do processo do mensalão.

Lula não equivale a Povo, exceto num tipo de propaganda incapaz de ocultar sua alma autoritária. Moro também não equivale a Justiça. O juiz de primeira instância é apenas um nexos de um sistema que abrange a Polícia Federal, os procuradores, os advogados de defesa e as instâncias superiores do Poder Judiciário.

Os conflitos entre Moro e tribunais superiores e entre o Ministério Público e o STF (Janot vs. Gilmar Mendes) não são indícios de uma desordem, mas sinais do funcionamento regular de uma ordem assentada na autonomia das instituições. Já a convocação da militância para sitiar um juiz reflete inconformidade com a democracia: o desejo de que o Povo (entenda-se: o Partido) assumira as funções do sistema de justiça.

Na Venezuela, é isso que acontece, sob aplausos do PT. O tribunal superior obedece aos comandos do Povo — isto é, do Partido, ou seja, do regime chavista. O Lula de Curitiba, que ergue o punho contra o sistema de justiça, veste a fantasia de Nicolás Maduro. É carnaval eleitoral — mas é um buraco.

14 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

O segredo da corte

O ministro Edson Fachin tem, sob sua guarda, termos da delação da Odebrecht ainda sigilosos que envolvem integrantes de diversas esferas do Judiciário. As informações prestadas por delatores da empreiteira sobre nomes da Justiça e de alguns de seus parentes estão entre os 25 pedidos de inquérito formulados pela Procuradoria-Geral da República que ainda não foram divulgados pelo relator da Lava Jato no STF. Os documentos já despertam insegurança no STJ e no TCU, por exemplo.

Em alerta A relatoria da Operação Lava Jato fez com que Fachin mudasse não só seus hábitos pessoais, como também o esquema de compartilhamento de informações dentro de seu gabinete.

Sob vigilância O ministro, famoso pelos costumes simples, não almoça mais com a mesma frequência no bandeirão do Supremo. A segurança da corte também ampliou o esquema de proteção a Fachin em áreas públicas, como aeroportos.

Sem contato O magistrado agora só embarca em aeronaves direto na pista de decolagem, sem circular pelos saguões. Seu apartamento em Brasília e sua residência em Curitiba também tiveram os serviços de proteção revisados e ampliados.

14 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Debate entre Moro e Cardozo polariza plateia em fóruns sobre Brasil em Londres

DIOGO BERCITO

ENVIADO ESPECIAL A LONDRES

LEÃO SERVA

COLUNISTA DA FOLHA, EM LONDRES

Entre vaias e aplausos, o juiz Sergio Moro e o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo participaram neste sábado (13) de um debate no Reino Unido.

Moro, que nos últimos dias protagonizou o noticiário em razão do depoimento do ex-presidente Lula, causou especial comoção.

O auditório lotou para ouvi-lo debater com o advogado, que defendeu a ex-presidente Dilma Rousseff durante o processo de impeachment. Algumas pessoas assistiam de pé ou no chão.

Seus discursos encerraram o primeiro dia do Brazil Forum 2017, um evento voltado a estudantes brasileiros. O tema da mesa era o papel do Judiciário na crise política. Havia 350 pessoas inscritas, com ingressos esgotados.

“Não sei se alguém esperava um confronto”, Moro afirmou. “É uma tolice, como se não pudéssemos dividir um espaço e conversar.”

O juiz concentrou sua fala em questões teóricas e não abordou o depoimento de Lula. Ele justificou a necessidade de prisões preventivas. “Não defendo nada além da aplicação ortodoxa da lei penal, que permite essa medida em casos excepcionais.”

Cardozo, por sua vez, afirmou que o impeachment de Dilma Rousseff “foi um golpe baseado em acusações pí-fias”, pelo que foi aplaudido.

A tensão entre os participantes e a plateia foi presente em todo o dia. Em outra mesa, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso foi chamado de “golpista”. O ex-ministro petista Patrus Ananias, de “demagogo” — “pare de fazer campanha”, alguém gritou.

O Brazil Forum, que se encerra neste domingo (14) em Oxford, ocorreu na LSE (London School of Economics) e é organizado em parceria com a Latam, a embaixada brasileira e o Uber, entre outros.

14 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO
ELIO GASPARI

A supremacia de Gilmar Mendes

O ministro Gilmar Mendes zangase quando são feitos paralelos entre os costumes do Supremo Tribunal Federal e os da Corte Suprema dos Estados Unidos. Tudo bem, mas não passa pela cabeça de mulheres ou maridos de juizes da Corte americana a ideia de associar seus nomes a uma advocacia que atende litigantes com processos em curso no tribunal. A advogada Guiomar Feitosa, mulher de Gilmar, é sócia do poderoso escritório que defende interesses de Eike Batista, ainda que não tenha patrocinado a petição que levou Gilmar Mendes a libertá-lo.

Outro dia, respondendo a uma estudantada do Ministério Público, Gilmar disse que “se nós cedêssemos a esse tipo de pressão, nós deixaríamos de ser ‘supremos’”. Por enquanto, supremo é o tribunal. Ao mencionar sua supremacia, o ministro caiu numa armadilha da história.

O ministro faz com que o STF gire em torno do seu ego, mas não se sabe para onde vai o redemoinho

“Yo, el Supremo” é o nome de um romance do paraguaio Augusto Roa Bastos, tratando da vida de José Rodriguez de Francia, que governou seu país no durante 24 anos, até sua morte, em 1840. Francia intitulava-se “Supremo y Perpetuo Dictador de Paraguay”.

Há uma certa bipolaridade na forma como Gilmar distribui adjetivos. Primeiro, chama de “supremos” a si e aos dez colegas. Depois, insinua que um deles, Marco Aurélio Mello, está no grupo de pessoas que “passaram de velhos a velhacos”.

Não há notícia de juiz americano que tenha fundado um estabelecimento de ensino privado

em Washington. Gilmar é sócio-fundador e astro-rei do Instituto Brasileiro de Direito Público, o IDP, que mantém profícuos convênios com instituições oficiais.

A briga de hoje com o procurador-geral Rodrigo Janot é feroz e verbal, mas está contida numa moldura jurídica. Gilmar Mendes já brigou com o ex-procurador-geral Inocencio Mártires Coelho, num litigio de moldura pecuniária, mantido em segredo de Justiça. Inocencio foi sócio de Gilmar na fundação do IDP, em 1998, e em 2010 os dois desentenderam-se. A encenca foi encerrada em 2011, a pedido de Inocencio, que saiu da sociedade levando R\$ 8 milhões.

Nessa disputa, Gilmar foi defendido pelo advogado Sérgio Bermudes, seu amigo pessoal, de cujo escritório Eike Batista é cliente e Guiomar Feitosa Mendes, sócia.

LULA E A HISTÓRIA

Se Lula contou direito sua própria história ao juiz Moro, não se sabe. Lidando com História do país que governou e pretende voltar a governar, é certo que fritou-se.

A certa altura, ele informou que decidiu colocar o nome de personalidades históricas nos navios da Petrobrás. Assim, homenageou o historiador Sergio Buarque de Holanda e o “marechal negro, Antonio Cândido”.

Aos 98 anos, o professor Antonio Candido, que foi um dos fundadores do PT, estava vivo em São Paulo e morreu na sexta-feira. Existe um personagem histórico com nome parecido, é o marinheiro João Cândido, líder da revolta da Chibata, de 1910. Ele é conhecido como o “Almirante Negro”.

É improvável que Marisa Letícia chamasse o professor Antonio Candido de marechal.

14 MAI 2017
FOLHA DE S. PAULO
O ônus da maternidade

A diferença salarial entre homens e mulheres é mais do que conhecida. Pior, ela aumenta com a idade: aos 21 anos, a distância de remuneração no Brasil por hora trabalhada é de 15%; aos 36 anos, alcança 34%.

A explicação convencional atribui tal disparidade à discriminação de gênero. Noções subjetivas sobre inferioridade do desempenho feminino estariam por trás da preferência por homens no momento de fazer promoções.

Não é fácil comprovar esse viés, nem medi-lo. Fato é que mulheres recebem pagamento inferior ao de colegas do sexo masculino mesmo quando têm qualificação similar.

Pesquisadores brasileiros partiram para investigar a hipótese de que o desvão salarial crescente entre gêneros sofre influência de outra variável: a acumulação de mais experiência ao longo da carreira por parte dos homens.

Valendo-se da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), compilação de dados sobre funcionários, o estudo se debruçou sobre uma amostra parcial de 443 mil trabalhadores de 21 a 36 anos com empregos formais, dos quais 195 mil (44%) do sexo feminino.

A conclusão: há maior probabilidade de mulheres mais qualifica-

das e produtivas saírem do mercado de trabalho, temporária ou definitivamente, do que os homens mais qualificados e produtivos.

Como permanecem em seus empregos as trabalhadoras menos capacitadas, sua remuneração, na média, também tende a ser inferior. A pesquisa estima que isso seja responsável por 32% do aumento paulatino na diferença entre salários.

O preconceito, que decerto existe, responderia por uma parcela dos outros 68% que ainda seria preciso aquilatar. Mas é evidente que funcionárias com filhos se afastam de seus cargos por mais tempo e acabam cumprindo jornadas mais curtas no emprego, porque recai sobre elas a maior parte do ônus de afazeres domésticos.

Não se trata de justificar injustiças salariais, mas de entender o que possa haver nelas de evitável.

Maior disponibilidade de creches, por exemplo, abreviaria os afastamentos. Há quem defenda, ainda, que contratos de trabalho mais flexíveis diminuiriam a discriminação contra quem precisa de jornadas menores para poder empregar-se.

Não é só uma questão de justiça. Nenhuma sociedade, afinal, pode prescindir de trabalhadores qualificados, mulheres ou homens.



FOLHA DE S. PAULO

RICARDO LEWANDOWSKI

Fora da Constituição não há salvação

A única saída legítima para as crises, seja qual for sua natureza, consiste no incondicional respeito às normas constitucionais

15 MAI 2017

Bertolt Brecht, antevendo os horrores das guerras e os genocídios do século passado, profetizou em conhecido poema:

“Primeiro levaram os negros. Mas não me importei com isso. Eu não era negro. Em seguida levaram alguns operários. Mas não me importei com isso. Eu também não era operário. Depois prenderam os miseráveis. Mas não me importei com isso. Porque eu não sou miserável. Depois agarraram uns desempregados. Mas como tenho meu emprego também não me importei. Agora estão me levando. Mas já é tarde. Como eu não me importei com ninguém, ninguém se importa comigo”.

Essa advertência nos recorda que em situações de crise é preciso observar princípios, guardar coerência, agir com desassombro, sem perder a serenidade e, sobretudo, mostrar-se solidário para com os semelhantes.

Na esfera individual, nessas horas, muitos encontram consolo na religião, alguns na amizade, outros na família, uns poucos na filosofia.

No plano coletivo, porém, as multidões desavisadas costumam buscar amparo em figuras messiânicas, pretensamente dotadas de soluções mágicas, quase sempre apartadas dos marcos civilizatórios que a humanidade construiu ao longo de séculos.

“Salus rei publicae suprema lex esto” costumava ser o bordão esgrimido pelos ditadores da antiga Roma em épocas de adversidade. Para eles, qualquer medida, por mais brutal ou cruenta que fosse, era válida para salvar a República.

Essa tese, retomada num passado relativamente recente pelo jurista alemão Carl Schmitt, serviu de base para algumas das mais ferozes autocracias da centúria anterior.

Só que, desde a derrubada do absolutismo monárquico pelas revoluções liberais — as quais puseram fim à teoria da inimizabilidade dos reis, implantando o Estado de Direito —, não se tolera mais, mesmo a pretexto das melhores intenções, nenhuma ação arbitrária por parte de agentes estatais, cuja atuação deve circunscrever-se rigorosamente aos limites da lei.

Em tempos de crise, quando os consensos se fragilizam e os laços comunitários se esgarçam, a multissecular experiência dos povos indica que o abrigo mais seguro para a sobrevivência de todos é a plena adesão ao pacto social firmado entre os cidadãos, que se consubstancia na Constituição.

Nos países politicamente avançados, ela encerra um conjunto de valores éticos, fundado no respeito à dignidade da pessoa humana, que enseja a convivência pacífica e fraterna entre as pessoas.

A única saída legítima para as crises, seja qual for sua natureza, consiste no incondicional respeito às normas constitucionais.

Nelas estão acolhidos, com o merecido destaque, os princípios da limitação do poder, da isonomia, da legalidade, da inafastabilidade da jurisdição, da presunção de inocência e da ampla defesa, que protegem a coletividade contra o arbítrio e a violência.

Também nelas encontra guarida o postulado da soberania popular — quiçá o mais importante de todos —, que se expressa pelo voto direto, secreto, universal e periódico.

Sobre ele repousa a própria democracia, a qual, segundo afirmava Churchill, com a verve que o caracterizava, é a pior forma de governo, exceto todas as outras.

Por isso, tomando de empréstimo parte de célebre frase atribuída a santo Agostinho sobre o primado da igreja, vale insistir que, nos dias que correm, fora da Constituição não há salvação.

Interpretada esta, obviamente, não no seu sentido literal, mas em conformidade com o conteúdo material que a anima, revelador das concepções originais que inspiraram aqueles que lhe deram vida.

RICARDO LEWANDOWSKI é ministro do Supremo Tribunal Federal e professor titular de teoria do Estado da Faculdade de Direito da USP

15 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PRIMEIRO ATO

O STF (Supremo Tribunal Federal) pode evitar que Lula, ainda que condenado pelo juiz Sergio Moro e depois pelo TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), seja preso de imediato. A maioria da corte tende a seguir a tese de que a regra hoje permite a reclusão depois que a sentença de um magistrado é confirmada por um tribunal de segunda instância. Mas não obriga que isso seja feito.

PALAVRA FINAL

Diante da comoção que uma prisão de Lula poderia causar, ainda mais às vésperas ou mesmo em ano eleitoral, o STF, na opinião de alguns de seus integrantes, optaria por garantir que ele espere em liberdade até que eventual sentença condenatória seja confirmada pelos tribunais superiores de Brasília, em última instância.

EM CASA

Apesar da permissão para prisão depois de julgamento na segunda instância, magistrados do STF já têm decidido no sentido de permitir que as pessoas respondam em liberdade até o julgamento de seus processos em terceira instância. Pelo menos cinco ministros tenderiam a adotar essa conduta: Marco Aurélio de Mello, Celso de Mello, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Dias Toffoli.

EM CASA 2

Já a possibilidade de Lula escapar da Lei da Ficha Limpa com base em liminar do STF, como imaginam setores do PT, é considerada remota. Por ela, se condenado em segunda instância, o ex-presidente não poderá ser candidato em 2018.

PEDRA NO CAMINHO

Advogados vão tentar convencer hoje o ex-ministro Antonio Palocci a não retirar o habeas corpus em que pede ao STF para ser libertado.

A iniciativa enfraqueceria a posição dele para negociar delação premiada com o Ministério Público Federal.

15 MAI 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Presas são beneficiadas com mutirão carcerário

 Na semana do Dia das Mães, cerca de 50 mulheres que estavam custodiadas na Penitenciária Feminina do Paraná (PFP) foram beneficiadas com progressão de regime, por meio de um mutirão carcerário realizado pelo Poder Judiciário. O mutirão atendeu o indulto do Dia das Mães, decretado de forma inédita pelo presidente Michel Temer, em 12 de abril.

Além dos indultos foram concedidas progressões de regime com monitoração ele-

trônica, prisão domiciliar e comutação de pena. "O mutirão é de extrema importância para dar visibilidade a essas mulheres, já que grande parte delas é mãe, chefe de família, e necessita de uma análise diferenciada sobre a sua condição. Isso mostra um olhar do Judiciário para cada uma delas, individualizando a situação. Com isso, também podemos abrir vagas para receber outras presas", disse a diretora da Penitenciária Feminina, Rita de Cássia Rodrigues Costa Naumann. ■

15 MAI 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Aplaudido e vaiado, Moro diz que apenas "defende a lei"

Juiz federal participou de evento econômico em Londres



O juiz Sérgio Moro e o ex-advogado-geral da União José Eduardo Cardozo participaram no sábado (13) de um debate no Reino Unido durante um evento na London School of Economics – interrompido em alguns momentos por apaixonadas intervenções do público. A plateia recebeu Moro entre vaias e aplausos. O auditório lotou para ouvi-lo debater com o advogado, que defendeu a ex-presidente Dilma Rousseff durante o processo de impeachment.

O tema da conferência de que os dois participaram era o papel do Judiciário na crise política. Mas, apesar da expectativa de confronto entre os



Arquivo/EBC

Moro: "Não defendo nada além da aplicação ortodoxa da lei penal"

dois, o debate foi cordial. Moro concentrou sua fala em questões de aplicação da lei, em grande parte abstratas. Ele justificou, por exemplo, a necessidade de prisões preventivas. "Não defendo nada além da aplicação ortodoxa da lei penal, que permite essa medida em casos excepcionais", disse Moro.

Cardozo, por sua vez, afirmou que "o impeachment de Dilma Rousseff foi um golpe" baseado em "acusações pífias", pelo que foi recebido por ruidosas palmas. Ele disse que, em um mundo marcado pela crise democrática, o Brasil é um dos melhores laboratórios, pois ali "os poderes estão em conflito aberto".

Ministro do STF critica modelo de previdência

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso defendeu no final de semana a necessidade imprescindível da reforma previdenciária drástica no Brasil. "O setor previdenciário brasileiro é uma imensa transferência de renda dos pobres para os ricos, porque os 30 milhões de pensionistas no INSS custam um pouco mais do que 1 milhão de aposentados no setor pú-

blico e todo o resto da sociedade financia essa transferência de renda", afirmou Barroso.

"Quando vejo um pobre contra a reforma da Previdência me dá uma tristeza enorme, porque ele não sabe que está pagando a aposentadoria de um sistema que é feito para tirar dinheiro dele. Se pobre estiver sustentando rico, o sistema é perverso e injusto, portanto tem que mudar", destacou o ministro.

15 MAI 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

NOVELA CARLI FILHO

STF tira da pauta

Da Redação

A semana foi de reviravoltas no caso Carli Filho. Inicialmente previsto para ir a julgamento no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) na última quinta-feira (11), o habeas corpus interposto pela defesa foi retirado de pauta e não há previsão de quando voltará. Não se sabe, nem mesmo, se o caso será levado ao plenário pelo relator, o ministro Gilmar Mendes.

O cenário ficou incerto após a publicação de decisão do ministro em relação a um dos recursos da defesa. Em sua decisão, Gilmar Mendes considerou que Carli deve ir a júri popular. O ministro, no entanto, não decidiu sobre o habeas corpus - que na prática é o que impede julgamento popular de Carli. Caso Gilmar Mendes decida que não há mais base para analisar o habeas corpus, o processo deverá ser remetido à Justiça do Paraná para que sejam iniciados os procedimentos que levam ao julgamento.

O caso que hoje está em debate nos tribunais tem origem na madrugada de 7 de maio de

2009. O então deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho dirigia alcoolizado e em alta velocidade quando o carro que ele conduzia colidiu contra o veículo em que estavam Gilmar de Souza Yared e Carlos Murilo de Almeida. Na época com 26 e 20 anos, respectivamente, os dois jovens morreram na hora.

MAIS PROTELAÇÃO

A defesa do ex-deputado já afirmou que pretende entrar com um recurso regimental contra a decisão de Gilmar Mendes. A estratégia será apresentar um recurso regimental para tentar fazer com que um colegiado julgue o recurso sobre o qual Mendes já decidiu.

No cerne do caso Carli Filho está a discussão sobre o dolo ou seja, a intenção de causar um dano quando se trata de crimes no trânsito envolvendo bebida e direção. Outro ponto que o julgamento em plenário do habeas corpus interposto pela defesa de Carli ajudaria a esclarecer seria sobre a possibilidade de realização de júri mesmo quando ainda há recursos pendentes.

13 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

Auditor

14 MAI 2017

nega envolvimento em corrupção na Receita

José Luiz Favoreto Pereira alegou ainda que as acusações contra ele estariam baseadas "apenas" na delação do réu colaborador Luiz Antonio de Souza

Edson Ferreira
Reportagem Local

Em depoimento de quatro horas e meia nesta sexta-feira (12), o auditor fiscal da Receita Estadual de Londrina, José Luiz Favoreto Pereira, negou todos os fatos criminosos imputados a ele na ação penal da quarta fase da Operação Publicano. Durante o interrogatório conduzido pelo juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, o réu criticou o Ministério Público (MP) do Paraná e alegou que as acusações contra ele estariam baseadas "apenas" na delação do réu colaborador Luiz Antonio de Souza.

Favoreto também é réu na Publicano 3, acusado como articulador da ocultação da propina amealhada no suposto esquema de corrupção no órgão estadual. Ao ser questionado pontualmente pelo magistrado, o auditor ora rechaçava as acusações ora afirmava desconhecer os fatos, afirmando que não prestava serviços na delegacia da Receita em Londrina em alguns fatos. Em vários

momentos se disse injustiçado. "A injustiça dói, excelência. No momento em que ele (Souza) se transforma em mártir, eu quero limpar o meu nome e mostrar que não sou o que dizem", disse ao juiz. Favoreto justificou que "ao contrário do delator", teria patrimônio de R\$ 1,1 milhão, "compatível com os ganhos".

Orientado pelo advogado Walter Bittar, Favoreto se negou a responder as perguntas do MP na audiência desta sexta-feira (12). "Desde que o Luiz Antonio disse que houve fraude com relação a áudio e vídeo ou partes retiradas, pessoas inseridas e pessoas retiradas, a situação do Ministério Público deixa de ser daquele que busca a verdade e passa a ser de quem está agindo em seu próprio interesse", afirmou o advogado, se referindo ao interrogatório do delator, no mês de fevereiro, no âmbito da Publicano 4, quando Souza questionou a ausência de gravação de todos os seus depoimentos e colocou em dúvida a veracidade daqueles que apenas foram transcritos. Na ocasião, o

acordo de delação com o MP estava rescindido, mas seria retomado cerca de um mês depois.

CLIMA TENSO

O promotor de Justiça e coordenador do Grupo de Atuação e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Jorge Fernando Barreto da Costa, considerou normais as declarações do réu. Durante entrevista, ele afirmou que todas as fases da Publicano estão embasadas em "robusta" coleta de provas. "Delação premiada é mero indício de prova, é para iniciar a coleta de provas, pois as denúncias da Operação Publicano estão amparadas em conjunto de provas robusto no qual o Ministério Público confia. O que foi apresentado até agora nos interrogatórios em nada afasta essa certeza do Ministério Público."

CONTINUA

13 MAI 2017

14 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Enquanto falava com os jornalistas, o promotor foi interpelado pelo advogado Benedito Maciel de Góes, também réu na Publicano 4. “O senhor poderia nominar as provas, vocês só têm o delator, não fale mentiras”, falou Góes, interrompendo a entrevista. “O debate é em outro dia, o debate é em outro dia”, retrucou Costa. “O senhor está me chamando de mentiroso!”

Procurado pela reportagem, Góes reafirmou as críticas, que são feitas pelos demais réus. “O Ministério Público diz que tem provas robustas, mas não apresentou nada até agora. Só tem as palavras do delator e que chegou a acusar (o MP) de fraude processual.” Ele disse que trabalhou na Receita Estadual de Londrina por 23 anos. Haverá novos interrogatórios na segunda-feira (15).

13 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

MP rebate vídeo 14 MAI 2017

polêmico sobre Publicano

Reportagem Local

Trecho da gravação judicial em vídeo durante o interrogatório do auditor fiscal e réu na Operação Publicano 4, Orlando Aranda, circulou pelas redes sociais esta semana e se tornou um dos principais assuntos nos bastidores do Fórum Criminal de Londrina e entre advogados que atuam no caso. Na parte inicial das imagens, ele diz ao juiz Juliano Nanuncio que uma empresa com capital de R\$ 10 mil, de propriedade do promotor de Justiça, Renato de Lima Castro, é sócia de uma outra empresa cujo patrimônio é superior a R\$ 1 milhão.

Na sequência, Aranda afirma que o contador da empresa atribuída ao promotor teria sido citado pelo delator e ex-auditor fiscal Luiz Antonio de Souza. O vídeo, de 4 minutos e 11 segundos, reúne também dois depoimentos de Souza ao Ministério Público (MP), em 2015, onde ele fala sobre pessoas que supostamente participariam de esquema de corrupção na Receita Estadual. No primeiro depoimento, ele fala o nome do contador. Segundo o vídeo, no dia seguinte, Souza não confirma mais a possível participação do contador. "Por que ele (contador) não aparece em lugar nenhum? Descobri que ele é o contador da empresa JVL Administradora de Imóveis (cujo proprietário seria Castro)", sugerindo que o MP teria manipulado depoimentos para favorecer o contador.

Nesta sexta-feira (12), o advogado de Aranda, Walter Bittar, confirmou as declarações do cliente. "Em um dia o delator disse que esse contador estaria envolvido nos fatos, e no outro, perguntado pelos promotores, ele gagueja, nega os fatos, e essa pessoa não é incluída dentro da Publicano, fazendo com que uma das afirmações do delator se confirme, dada aqui em audiência", disse Bittar, lembrando do interrogatório de Souza, no mês de março, quando alegou que alguns de seus depoimentos não constavam da ação penal. Bittar afirmou que teve acesso aos documentos sobre as empresas citadas no interrogatório por meio de Aranda.

Procurado pela reportagem, Castro preferiu não conceder entrevista. Nota assinada por ele e pelos promotores Jorge Fernando Barreto e Leila Schimit, afirma que o vídeo foi compartilhado "com o nítido propósito de tentar desqualificar o trabalho do Ministério Público e anular a Operação Publicano". O MP diz que sempre agiu com lealdade. "Não houve escolha, favorecimento ou direcionamento das investigações para atingir ou excluir pessoas do objeto da Operação."

De acordo com os promotores, os "ilegais ataques pessoais", são feitos com "o único propósito de desqualificar a atuação e tentar desestabilizar os membros do Ministério Público". O vídeo compartilhado nas redes sociais, segundo a nota, foi enviado para o Procurador-Ge-

ral do Estado do Paraná "para conhecimento e providências que reputar pertinentes", para que "não pairessem dúvidas sobre a lisura de comportamento destes Promotores de Justiça, no desenvolvimento de suas atividades referentes a esta Operação que desmantelou aquela que pode ser a maior e mais sólida Organização Criminosa incrustada em um das Instituições essenciais ao funcionamento do Estado, a Receita Estadual".

O MP não descarta adotar providências em relação aos "excessos cometidos por réus, advogados e terceiros em mais este episódio".

Em entrevista à FOLHA, o advogado de Souza, Eduardo Duarte Ferreira, saiu em defesa do MP. "Logo no começo dos depoimentos, o Luiz Antonio falou de forma genérica sobre pessoas que faziam acerto com a Receita Estadual, dentre os quais esse contador. Perguntado especificamente sobre os casos que se lembrava, ele não se lembrou", disse Ferreira. "O depoimento do Luiz continua, foi editado justamente para causar esse espanto todo", completou.

De acordo com Ferreira, "a despeito de todas as nossas divergências com o Ministério Público, que ficaram patentes em outras ocasiões, jamais o Luiz Antonio foi advertido para retirar um ou colocar outro, nunca".

13 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA 14 MAI 2017

Palocci decide negociar delação e afasta advogado

Pesou na decisão do ex-ministro operação que a PF deflagrou nesta sexta em torno de repasses do BNDES para o grupo JBS, num total de R\$ 8,1 bilhões

Mario Cesar Carvalho
Folhapress

Brasília - O ex-ministro Antonio Palocci decidiu negociar um acordo de delação premiada com os procuradores da Operação Lava Jato. Na tarde desta sexta (12), ele avisou seu advogado de defesa, o criminalista José Roberto Batochio, que ele terá de se afastar do caso. A negociação do acordo será feita por dois advogados de Curitiba, Adriano Bretas e Tracy Reinaldeti. Os dois já haviam sido contratados por Palocci, mas, sem maiores explicações, o ex-ministro rompeu o acerto inicial. Nesta semana Palocci retomou as conversas com Bretas e Reinaldeti e decidiu que partiria para a delação.

Réu em dois processos na Lava Jato em Curitiba, Palocci teme que suas condenações possam ultrapassar os 30 anos de prisão. A reportagem apurou que o afastamento de Batochio foi uma exigência da força-tarefa da Lava Jato porque o criminalista é contrário a esse tipo de acordo. A "Folha de S. Paulo"

havia publicado nesta sexta-feira (12) que o ex-ministro tinha retomado as negociações com o advogado Adriano Bretas sobre delação.

O próximo passo para Palocci será desistir do pedido de habeas corpus que está para ser julgado pelo STF (Supremo Tribunal Federal). O ministro Edson Fachin decidiu que o pedido não será julgado pela segunda turma do Supremo, que soltou quatro investigados da Lava Jato em menos de uma semana: o ex-ministro José Dirceu, os empresários Eike Batista e José Carlos Bumlai e o ex-tesoureiro do PP João Cláudio Genu. A decisão de Fachin foi vista pela defesa de Palocci como uma manobra para evitar mais uma derrota.

Pesou na decisão de Palocci a operação que a Polícia Federal deflagrou nesta sexta (12), em torno de repasses do BNDES para o grupo JBS, num total de R\$ 8,1 bilhões. Palocci é apontado nas investigações como um dos intermediários dos financiamentos que geraram supostas propinas para o PT. Uma das

hipóteses investigadas pela PF e pelos procuradores é que o partido ficava com parte dos repasses do BNDES.

Outra influência na decisão de Palocci foi a delação da Odebrecht. Documentos apreendidos pela Polícia Federal, depois incluídos no acordo da Odebrecht, apontam que o ex-ministro foi responsável por administrar repasses no valor de R\$ 128 milhões entre 2008 e 2013. Palocci era chamado de "Italiano" nos comunicados internos da Odebrecht sobre repasses para o PT. O ex-ministro ficou negando por meses que era o "Italiano", mas o codinome foi confirmado por Marcelo Odebrecht, ex-presidente do grupo que leva o seu sobrenome. Ex-ministro da Fazenda de Lula e chefe da Casa Civil de Dilma, Palocci foi preso em setembro do ano passado numa fase da Lava Jato chamada Omertà, que quer dizer "lei do silêncio" no linguajar dos mafiosos italianos e era, ao mesmo tempo, uma referência ao apelido que o ex-ministro tinha nos registros da Odebrecht.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

INTERLOCUTOR

A delação de Palocci é vista com potencial explosivo para atingir o sistema financeiro porque ele era o principal interlocutor do PT junto aos bancos. Alguns dos maiores empresários do país, como Joesley Batista, da JBS, e Abílio Diniz. Uma auditoria interna do Pão de Açúcar apontou que uma empresa de Palocci recebeu R\$ 5,5 milhões do grupo entre 2009 e 2010 sem comprovação de que os serviços de consultoria que justificavam o pagamento fossem comprovados. Procuradores suspeitam que o pagamento possa ter alguma relação com a campanha de Dilma Rousseff (PT), de 2010, na qual foi eleita presidente pela primeira vez.

Procurado pela reportagem, o grupo JBS informou que não iria se manifestar. Abílio Diniz afirma em nota que a auditoria que apontou a inexistência prestados por Palocci foi realizada pelo grupo Casino e no período analisado (2009-10) ele não exercia função executiva na empresa. Ocupava o conselho de administração junto com o francês Jean Charles Naouri. Segundo a nota, a relação do Pão de Açúcar "sempre foi com o escritório de Márcio Thomaz Bastos, nunca com Antonio Palocci". Diniz diz que "o contrato da Projeto Consultoria, de Antonio Palocci, com o escritório de Márcio Thomaz Bastos, inclusive, já foi objeto de investigação, tendo sido encerrado por não apresentar indícios de irregularidades".

13 MAI 2017

14 MAI 2017

15 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

'Não adianta esconder bens fora do Brasil', diz Janot

Procurador-geral da república destacou a importância da cooperação jurídica internacional para as investigações criminais conduzidas pelo MPF

Léo Rodrigues
Agência Brasil

O Brasil encaminhou 136 pedidos de cooperação internacional a 33 países no âmbito da Operação Lava Jato. Ao mesmo tempo, foram recebidas 70 solicitações de 26 países. "Não adianta esconder bens ou valores fora do Brasil. A cooperação internacional hoje é tão estreita que nós vamos descobrir. Também não adianta fugir do Brasil, fugir da jurisdição brasileira. Nós conseguiremos que a lei brasileira alcance também estes cidadãos", afirmou o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em palestra em Belo Horizonte durante o Seminário de Ciências Penais da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), instituição da qual é ex-aluno. Ele destacou a importância da cooperação jurídica internacional para as investigações criminais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF).

Sem citar o nome do ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ele mencionou a cooperação com as autoridades da Suíça que fundamentou a denúncia contra o então parlamentar. "Tivemos um caso específico de um réu no STF, atualmente condenado e preso em Curitiba. Era um caso difícil. A Suíça começou a investigação e recebemos deles a documentação completa. Fizemos alguns ajustes e apresentamos a denúncia. Esse processo gerou inicialmente o afastamento do mandato parlamentar e depois a condenação".

Por meio da cooperação, o Ministério Público da Suíça havia identificado contas no país em que Eduardo Cunha depositou recursos envolvidos em esquemas ilegais. A Justiça do país europeu autorizou o bloqueio destes valores. Em março, o juiz Sérgio Moro condenou Cunha a 15 anos e quatro meses de prisão por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

De acordo com dados apresentados pelo procurador-geral, a cooperação internacional permitiu repatriar US\$ 250 milhões, o que equivale a aproximadamente R\$ 785 milhões. Cerca de R\$ 500 milhões foram restituídos à Petrobras e R\$ 270 milhões ao governo do estado do Rio de Janeiro.

Outro exemplo de cooperação citado por Janot foi a extradição do ítalo-brasileiro Henrique Pizzolato, ex-diretor do Banco do Brasil condenado por corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro na Ação Penal 470, o processo do mensalão. Ele fugiu para a Itália, mas teve o pedido de extradição autorizado pelo governo italiano, mesmo tendo dupla nacionalidade.

Janot também apresentou ao público dados da Operação Lava Jato. Segundo o procurador, já foram autorizados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) 150 quebras de sigilo fiscal, 215 de sigilo bancário, 147 de sigilo telefônico, 34 de sigilo telemático e cinco de sigilo de dados, além de 19 de sequestros de bens e quatro sequestros de valores. Foram cumpridos, até o momento, 917 mandados de busca e apreensão autorizados em decisões de primeira instância e também do STF.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

15 MAI 2017

DELAÇÃO PREMIADA

A parte final da palestra de Janot foi dedicada a esclarecimentos sobre a delação premiada, que ele considera um instrumento poderoso que permitiu chegar à situação atual das investigações. “O colaborador não é um dedo-duro. Ele ajuda a Justiça a desvendar organizações criminosas, confessa seus crimes e indica os coautores. E assim ele tem direito a uma premiação. Há toda uma construção jurídica, dentro do regramento legal e com um controle do Judiciário.”

Para Janot, não é correto dizer que os órgãos de controle prendem os réus para forçá-los a delatar. “A colaboração tem que ser espontânea. Não somos nós que chamamos o réu para colaborar, a iniciativa tem que partir dele. O advogado dele é quem nos apresenta a proposta”, argumentou.

Segundo Janot, dos 160 acordos de delação premiada já homologados no âmbito da Lava Jato, 136 foram feitos com pessoas em liberdade e apenas 24 com pessoas detidas. Ele disse ainda que a delação é um mecanismo que favorece ao réu e, por isso, não pode haver tratamento discriminatório entre quem está preso e quem não está.

JUDICIÁRIO FORTALECIDO

Janot citou alguns episódios dos últimos anos que, em sua opinião, contribuíram para que as investigações do MPF ganhassem amplitude. Ele destacou a aprovação da Lei de Acesso à Informação e a criação da TV Justiça, que tornaram o controle social

mais efetivo e permitiram que os brasileiros acompanhassem e compreendessem o funcionamento do Judiciário. “Os julgamentos passaram a integrar a agenda do cidadão. Uma vez, o procurador-geral do Chile me contou que estava no Rio de Janeiro e ficou impressionado quando viu pessoas em um bar tomando cerveja e discutindo um processo judicial com a mesma intensidade que antes discutiam sobre futebol”.

Segundo o procurador-geral, o processo do mensalão alterou o paradigma do Judiciário e fortaleceu o discurso de que a lei é para todos. Janot lembrou ainda das jornadas de junho de 2013, quando milhares de brasileiros saíram às ruas em protesto. “Entre diversas pautas difusas, surgiram os questionamentos à Proposta de Emenda à Constituição 37, que buscava proibir o Ministério Público de realizar investigações em matéria penal. A perspectiva que nós tínhamos era de que ela seria aprovada com um apoio avassalador. E com as manifestações, o que seria uma derrota certa se transformou numa rejeição da proposta. Foram 430 votos contrários e apenas 9 favoráveis”, lembrou.

13 MAI 2017

O ESTADO DE S. PAULO

ALOÍSIO DE TOLEDO CÉSAR

A arrogância contra a lei e o Direito

Jamais a arrogância, a valentia, o teatro político e a mentira serão capazes de pôr de joelhos a Justiça e beneficiar pessoas sobre as quais pesam acusações das mais graves, como é o caso do ex-presidente Lula. É tão extrema a sua arrogância, tão cega a sua visão da realidade que chegou a afirmar, com todas as letras, que se for novamente eleito presidente da República vai mandar prender todos os que agora o acusam e contra ele abrem processos judiciais.

Incrível, ele se sente tão poderoso e inalcançável pelos rigores da Justiça que se coloca acima da lei.

Mas não é só ele. Dias atrás, seu principal advogado fez uma arrogante declaração ensaiada das mais vergonhosas. Bem vestido, seguro de que dizia alguma coisa muito importante, apareceu nas telas das televisões não para fazer a defesa do seu cliente, mas para fustigar o juiz Sergio Moro e declará-lo despreparado para julgar a causa.

Nesse teatro bem ensaiado, não disse uma palavra em defesa de Lula, certamente por não deter argumentos que o ajudem a fazê-lo. Deixou a impressão de que, não podendo defender o cliente, partiu para o ataque pessoal contra o juiz responsável pelo julgamento.

Não é comum que um advogado apareça com destaque nas televisões e, em vez de aproveitar a oportunidade para destacar os pontos de defesa de seu cliente, prefira desafiar o juiz. Até um chimpanzé perceberia o que se pretende com esse confronto.

As pessoas que levam uma chicotada nunca se esquecem. Quando teve de comparecer coercitivamente a Curitiba, por decisão do juiz Sergio Moro, Lula deu à imprensa uma

Lula não percebe que incitação ao crime dá cadeia e justifica a prisão preventiva

declaração deveras chocante: “Eu quero que ele enfie aquele processo no...” (e soltou aquela palavrinha de duas letras que serve mais para desmerecer quem a profere do que quem se pretende atingir).

Esses fatos, em verdade, fazem parte do teatro político de que o ex-presidente Lula é especialista. Ele procura por todos os meios demonstrar que existe uma perseguição da elite branca contra um coitadinho que veio lá dos sertões de Pernambuco, nunca pediu um centavo a ninguém e sofre perseguição implacável dos mais ricos e poderosos.

Quem teve a oportunidade de ler a respeito do que foi a última reunião do Partido dos Trabalhadores (PT) se lembrará de que os petistas processados por corrupção são vistos e apresentados como “presos políticos”, jamais como criminosos comuns. Enfim, avançar sobre dinheiro público e ter ricas contas na Suíça e em outros países seria tão somente um crime político.

Nesse quadro, José Dirceu, José Genoíno e tantos outros petistas condenados por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro poderiam até, quem sabe, pedir asilo na Venezuela ou em outros Estados totalitários amigos do PT.

Quando começaram os processos envolvendo o ex-presidente Lula, ele também declarou que, se isso continuasse, iria acionar seus comandados e “botar fogo no País”. Boa parte do que todos vimos no dia 1.º de maio, e outros, com violência, interdição de estradas e ruas, quebra-quebra, greves, incêndios de ônibus e outras

ofensas à ordem legal, representa apenas uma parte desse cenário.

É interesse do ex-presidente, de seus partidários e seguidores demonstrar claramente que poderão acontecer coisas muito piores caso ele seja condenado e preso. Essa é a ameaça, o teatro, a encenação que visa a negar serem os processos tão somente judiciais e as acusações, de práticas criminosas previstas na legislação em vigor. Não se trata de perseguição política, mas de pura e necessária aplicação da lei.

Toda a roubalheira que nos escandalizou, e também ao resto do mundo, não teria a menor importância para o ex-presidente e seus seguidores. Tais fatos seriam tão somente um dos lados do embate político-partidário entre o nordestino coitadinho e o grupo que deu um “golpe” contra a democracia e tirou do poder a companheira Dilma.

Por força desse teatro, há no País expressivo grupo de pessoas que se deixam levar pela versão petista e se dispõem mais uma vez a votar em Lula. Choca não perceberem que os principais amigos de Lula – quase todos, em verdade – já estão presos e/ou condenados por atos de corrupção e lutam para se safar das grades. Eles não se lembram de que Lula só teve amigos pobres quando era operário, porque depois só se relacionou com milionários (muitos deles também já estão na cadeia).

CONTINUA

13 MAI 2017

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Dias atrás, José Dirceu, quem sabe o pior de todos, conseguiu se safar das grades e foi visto como herói por esse grupo. Mas desta vez, ao chegar a sua casa, não levantou os punhos para o alto, como fez quando era levado para a prisão no caso do “mensalão”. Dirceu teve a oportunidade de sentir na pele como é visto pelos vizinhos e pelas pessoas que não se deixam levar pelo canto de sereia do ex-presidente Lula.

Percebe-se no País que há uma torcida muito grande para que Lula seja condenado e preso, em razão, exclusivamente, dos atos ilícitos que são a ele atribuídos. Mas, em verdade, é forçoso considerar que ele já está praticamente preso, porque não pode, por exemplo, sair de casa sozinho e entrar numa quitanda, numa padaria, num cinema, porque, se o fizer, é fácil de imaginar a reação dos brasileiros.

Por causa dessa rejeição, Lula também não pode subir num avião de carreira, em geral viaja em jatinho particular que o espera meio escondido nos hangares dos aeroportos. Como ele é muito pobrezinho, e nunca pediu um centavo a ninguém, com certeza as viagens nesses caros jatinhos são cedidas gratuitamente por pessoas que o admiram.

A cultura jurídica de Lula, todos veem, é baixa e por isso ele não percebe que incitação ao crime dá cadeia e justifica a prisão preventiva.

●
DESEMBARGADOR APOSENTADO DO
TJSP. FOI SECRETÁRIO DA JUSTIÇA
DO ESTADO DE SÃO PAULO. E-MAIL:
ALOISIO.PARANA@GMAIL.COM

O ESTADO DE S. PAULO

Inocência

13 MAI 2017



É preciso uma dose cavalare de ingenuidade para acreditar que tudo o que se disse e se soube sobre Lula da Silva nos últimos dias é apenas parte de uma conspiração para impedir que o chefe petista volte à Presidência, como insistem em dizer seus sequazes. A ingenuidade é tanta que, provavelmente, ingenuidade não é.

A esta altura, quem ainda acredita, de coração, nos veementes protestos de inocência de Lula, ou bem considera o petista um santo, e por isso lhe presta inabalável devoção religiosa, ou é simplesmente tolo. A julgar pelo fiasco da mobilização promovida pelos sindicatos em Curitiba para apoiar Lula no dia em que este prestou depoimento ao juiz Sérgio Moro, parece haver cada vez menos gente disposta, voluntariamente, a se abalar pelo ex-presidente, restando em sua torcida somente aqueles que são pagos para defendê-lo, como seus advogados e os sabujos de sempre.

Não é para menos. Os depoimentos do ex-diretor da Petrobrás Renato Duque e do casal de marqueteiros João Santana e Mônica Moura colocaram Lula bem no centro do petróleo, o maior esquema de corrupção da história pátria. Decerto há mais por vir — pois ainda não contaram o que sabem os trancafiados Antonio Palocci, ex-ministro, tido como o principal operador petista do esquema, e João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT, que arrecadava os recursos desviados da Petrobrás e entregava ao partido. Mas o que emergiu até aqui deveria ser suficiente para fazer qualquer pessoa de bom senso e com razoável nível de inteligência pelo menos desconfiar que Lula talvez não esteja falando a verdade quando nega tudo.

O marqueteiro João Santana, por exemplo, disse que Lula estava plenamente informado de que os pagamentos por seus serviços na eleição de 2006, vencida pelo petista, foram feitos por meio de caixa 2. O mesmo

aconteceu com Dilma Rousseff, para cujas campanhas de 2010 e 2014 João Santana trabalhou.

Santana disse que toda a negociação era feita com Palocci, mas afirmou que o ex-ministro lhe dizia que nada podia ser feito sem “a palavra final do chefe”, isto é, Lula. Já Mônica Moura disse que recebeu alguns pagamentos em dinheiro vivo, escondido em caixas de sapato, entregues por um emissário de Palocci. Segundo Mônica, houve vezes em que, nas negociações com Palocci, o ex-ministro disse que “tinha que falar com o Lula, porque o valor era alto, e ele não tinha como autorizar sozinho”.

Não foi apenas João Santana quem se referiu ao ex-presidente como o “chefe”. Renato Duque, acusado de ser o principal representante do PT no esquema de assalto à Petrobrás, informou em depoimento que Lula era chamado de “chefe” e “grande chefe” por aqueles que participavam da roubalheira. Além disso, Duque relatou que teve ao menos três encontros com Lula, nos quais, segundo disse o ex-diretor, ficou claro que o ex-presidente “tinha pleno conhecimento de tudo e tinha o comando”.

Lula, é claro, negou tudo no depoimento ao juiz Sérgio Moro. Mas ele não se limitou a negar. Primeiro, desempenhou o triste papel de viúvo de dona Marisa Leticia. Depois, seguindo a linha traçada por sua defesa desde que surgiram as primeiras denúncias de seu envolvimento direto no escândalo, o petista tratou de reafirmar que é “vítima da maior caçada jurídica que um presidente já teve”. Para caracterizar o complô, ele enfatizou que a imprensa “criminaliza” e “demoniza o Lula”.

Com essa disposição de definir seu processo como uma ação arbitrária típica de um estado de exceção, a defesa do ex-presidente já foi até ao Comitê de Direitos Humanos da ONU para denunciar o juiz Sérgio Moro e a Lava Jato. Segundo esses advogados, Lula não teve assegurado seu pleno direito de defesa e existe uma espécie de “gincana” entre delatores para ver quem compromete mais o ex-presidente. “Eu estou sendo julgado pelo

que fiz no governo”, disse Lula ao juiz Moro, a título de defesa.

Lula quer fazer acreditar que todas as “forças antipopulares” decidiram se unir numa descomunal conspiração simplesmente para que ele não consiga voltar à Presidência. Dessa conjura participariam dezenas de executivos de empreiteiras e da Petrobrás, marqueteiros, a Justiça, o Ministério Público, a imprensa e, enfim, todos os cidadãos que não são petistas. Haja fé para acreditar nisso.

A voz das mulheres

Drauzio Varella fecha trilogia sobre sistema carcerário brasileiro com o livro 'Prisioneiras'

Ubiratan Brasil

Quando deu o ponto final em *Prisioneiras* – livro cuja primeira fornada de 70 mil exemplares a Companhia das Letras lança hoje –, o médico e escritor Drauzio Varella viu-se diante do final de uma jornada de 28 anos. Esse foi o período em que trabalhou como voluntário em presídios paulistas, experiência que lhe inspirou a escrita *Estação Carandiru* (1999), depois *Carcereiros* (2012), até fechar a trilogia com *Prisioneiras*. Só o trabalho na cadeia deve continuar. “Não consigo pensar em outro livro sobre a cadeia – as histórias que tinha para contar estão ali. Sobraram algumas avulsas, mas que só poderão inspirar contos. Acredito que consegui dar uma ideia de como vi essa experiência”, afirma.

Prisioneiras traz suas observações como médico voluntário na Penitenciária Feminina de São Paulo, que abriga mais de duas mil encarceradas. Com a escrita fluente que lhe é peculiar, Varella descreve um mundo peculiar, em que o amor e a sexualidade dominam as relações entre as presidiárias, muitas ali estão por conta de seus parceiros – como as flagradas ao tentar levar drogas aos companheiros nas penitenciárias masculinas. E como, depois de presas, vivem em solidão.

Varella descreve ainda o nascimento e a consolidação do Primeiro Comando da Capital, o PCC, facção criminosa que impôs severas regras ao ambiente carcerário, e que surgiu para suprir a incompetência do Estado em cuidar do número cada vez mais crescente de presídios. Sobre tais assuntos, Varella conversou com o Estado.

● Como você avalia a experiência de escrever a trilogia?

Pude acompanhar as mudanças que aconteceram nas cadeias e no Brasil. O País de 1989 é muito diferente do de hoje e o crime também evoluiu, ganhando mais força, se organizando. No Carandiru, existiam pequenas facções, com número reduzido de presos e uma era inimiga da outra, sem a possibilidade de emergir uma que dominasse. Mas era certo que, em algum momento, isso aconteceria, nesse processo darwiniano.

● Que é o PCC. Seria leviano dizer que o PCC se tornou um mal necessário, uma vez que diminuiu a quantidade de assassinatos até fora da cadeia?

Eu não diria isso porque não pode existir um mal desse tipo que seja necessário. Mas não se pode negar que os presídios dominados pelo PCC são menos violentos porque a violência é punida com rigor. Eles surgiram com o pretexto de vingar o massacre dos 111 presos e acabar com a opressão no sistema carcerário – está no estatuto da organização. Se não tivesse havido o massacre, talvez não tivesse existido o PCC, quem sabe outra organização. Eles tinham que garantir a segurança do preso porque sabiam muito bem que a principal opressão não vinha do Estado, do sistema penitenciário, mas dos próprios presos, que se esfaqueavam, extorquiam, abusavam da família. Eles vieram pra organizar esse sistema. Não tem mais extorsão, estupro, nem crack. Nunca imaginei que um dia o sistema penitenciário ficasse sem crack. O Estado nunca teria acabado com isso.

● O senhor falou do crack. O tráfico hoje seria um dos principais causadores do aprisionamento das pessoas?

Acredito que o tráfico de um modo geral, não só do crack, mas da maconha, da cocaína em pó. Principalmente na cadeia feminina. Mais de 60% das presidiárias foram enquadradas no artigo 33, que é o do tráfico. A nova lei do tráfico causou essa explosão de presidiários no País todo. Quando escuto comentários sobre a necessidade de termos uma lei mais rígida, penso em onde colocar todas essas pessoas.



PRISIONEIRAS

Autor:

Drauzio Varella

Editora:

Companhia

das Letras

(232 págs.,

R\$ 39,90

versão

impressa,

R\$ 27,90

e-book)

CONTINUA

13 MAI 2017

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

● E o que o senhor pensa sobre as leis em relação às drogas?

Acredito que teremos de liberar as drogas. É uma questão de tempo. Não é possível manter uma lei tão restritiva. Liberar não significa deixar de regulamentar. Temos regras em relação ao cigarro, ao álcool e isso precisa acontecer com as demais drogas, mas sei que não é tão simples. Quando vejo passatas pregando a legalização, penso: legalizar significa o que exatamente? Liberar geral? As quadrilhas que hoje vendem droga poderão fazer legalmente? E os que estão presos por tráfico vão deixar as cadeias porque deixou de ser crime? A produção da maconha deverá ser estatizada? E será possível confiar na capacidade do Estado de evitar corrupção e um tráfico paralelo? Não é simples. Temos de começar aprendendo e podemos começar com a menos maléfica de todas, a maconha. A partir daí, surgirá o estudo de medidas que podem ser implementadas para tirar o usuário da mão do traficante. Isso vai ter um impacto muito grande porque mais da metade do lucro vem da maconha, uma vez que a quantidade de usuários é maior.

● O que pensa da pena de morte?

Funciona no crime, onde tem uma função didática. Porque é aplicada imediatamente. Nenhum país que aplicou a pena de morte reduziu a criminalidade. Um exemplo são os Estados Unidos. Mas não reduziu por quê? Porque a sociedade não pode cometer erros jurídicos – é preciso dar todas as oportunidades de defesa e isso leva tempo. Entre o crime ser cometido e a execução condenada, podem passar anos, décadas. Aí é uma maldade, uma vingança da sociedade. Todo mundo já esqueceu, outros já morreram. Eram crianças quando ocorreu o crime e agora são adultos. A sociedade se

vinga de uma pessoa. Isso não reduz a criminalidade. Já entre a bandidagem reduz porque a punição é imediata. Você comete um crime de acordo com as leis locais e você morre no dia seguinte, às vezes no mesmo dia. O que serve como lição porque os que estão próximos sabem que, se cometerem o mesmo erro, morrem.

● Presidiárias grávidas são obrigadas a se separar do filho quando a criança completa seis meses. Talvez seja a pior das punições. Mas há exceções, como a de Adriana Ancelmo, mulher do ex-governador Sérgio Cabral, que conseguiu sair da prisão para cuidar dos filhos.

A repercussão foi muito grande. No dia em que Adriana foi liberada, cerca de 30 presidiárias comentaram comigo. “Quem tem dinheiro pode e eu fico aqui”, diziam. E você reconhece as mulheres que ficaram sem os filhos apenas pelo olhar. É como se fosse a capa de livro sobre depressão: um olhar morto, vazio.

● O senhor pretende continuar com esse trabalho?

Enquanto tiver condição, vou fazer. Aqui, elas falam de sentimentos, estabelecendo uma relação de confiança. Estou há tanto tempo que já tratei de famílias. Já cuidei do avô, do pai e do filho. E, mesmo na feminina, já tratei da mãe e agora estou tratando da filha.

13 MAI 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça trava negócios do grupo J&F Investimentos

Juiz proíbe mudanças de sócios ou criação de novas empresas e ainda determina bloqueio de bens da família Batista

O juiz Ricardo Augusto Leite, da 10.^a Vara Federal de Brasília, proibiu os irmãos Joesley e Wesley Batista de promoverem qualquer mudança estrutural nas empresas do grupo J&F Investimentos. Também determinou que não seja feita inclusão ou exclusão de sócios até a produção do relatório final da Polícia Federal sobre os negócios dos irmãos.

Na Operação Bullish, deflagrada pela Polícia Federal ontem, Ricardo Augusto Leite ainda proibiu o grupo de realizar abertura de qualquer empresa no Brasil ou no exterior.

A decisão afeta principalmente a JBS, a principal empresa do grupo e a maior companhia de proteína animal do mundo, que tinha planos inclusive de lançar ações de uma de suas subsidiárias, a JBS Foods International.

A suspeita dos investigadores é que a proliferação de empresas seria uma forma de blindar o patrimônio. O juiz também determinou o bloqueio dos bens da família Batista.

O grupo J&F é um conglomerado empresarial, que faturou em 2015, último dado disponível, R\$ 175 bilhões. Um salto extraordinário em dez anos, levando em conta que em 2007 a JBS, que era a principal empresa do grupo, faturava R\$ 14 bilhões. Seus negócios hoje se espalham por 30 países com 260 mil colaboradores.

Essencialmente, o comando

do grupo é da família Batista, dividido entre dois irmãos. O irmão mais velho, José Batista Júnior, se desligou oficialmente do grupo. Wesley Batista está à frente da JBS e o caçula Joesley Batista comanda a J&F, holding do grupo.

Entre a fundação, em 1953, até o meados dos anos 2000, foi essencialmente um frigorífico, batizado de Friboj – nome que permanece como sua principal marca, reconhecida pelas propagandas do ator Tony Ramos. Foi ainda em meados de 2000, que a empresa deu os primeiros passos no setor de higiene e limpeza.

Após a abertura de capital, em 2007, e a conquista de aportes públicos, do BNDES e também da Caixa Econômica Federal, o grupo não apenas se tornou dono da maior empresa de carnes do mundo, como também entrou num intenso processo de diversificação.

Controla a empresa de celulose Eldorado Brasil, uma das maiores do País; Vigor, do setor de leite e derivados; Alpargatas, maior empresa de calçados e vestuário da América Latina; Banco Original e Âmbar no setor de energia. /J.G. e A.S.

Júri condena fundador da Gol por assassinato

O Tribunal do Júri de Taguatinga, no Distrito Federal, condenou a 16 anos e seis meses de prisão o empresário Constantino de Oliveira, de 86 anos, fundador da Gol, pelo assassinato do líder comunitário Márcio Leonardo de Sousa Brito, de 27 anos, em 2001.

Richthofen deixa prisão em SP para o Dia das Mães

Por manter bom comportamento, Suzane von Richthofen, de 33 anos, condenada por matar os pais em 2002, obteve ontem o benefício da saída temporária do Dia das Mães. Ela deixou a penitenciária em Tremembé acompanhada do namorado.

O ESTADO DE S. PAULO

Marina busca Barbosa, Ayres e PSB para 2018

Ex-ministra diz que conversas são apenas sobre cenário político; aliados, porém, admitem que há interesse da Rede em atrair figuras do Judiciário

Igor Guacina / BRASILIA

Com foco nas eleições de 2018, a ex-ministra Marina Silva tenta atrair para seu partido, a Rede, ex-ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Ao Estado, Marina confirmou que tem conversado com Joaquim Barbosa e Carlos Ayres Britto. Disse, porém, que as conversas são apenas sobre o cenário político brasileiro, embora seus aliados admitam o interesse da sigla em atrair figuras de peso do Judiciário.

A Rede também tenta atrair o apoio do PSB, partido pelo qual Marina disputou as eleições de 2014, após a morte do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, com quem ela integrava a chapa como candidata a vice-presidente. As conversas nesse sentido estão sendo feitas com a ala do PSB de Pernambuco, que defende a independência do partido do governo Michel Temer.

“Quando conversei com o ministro Joaquim Barbosa, falei sobre questões que estão acontecendo hoje no Brasil, referentes a este momento político. Nunca falei com ele sobre questões partidárias”, disse a ex-ministra. Sobre Ayres Britto, afirmou: “Conversamos sobre questões jurídicas. Ele me ensina que, para essa crise, a Constituição é o mapa”.

Marina fez questão de ressaltar, no entanto, que os dois ex-ministros do Supremo têm legitimidade e são bem-vindos na política. “A Rede tem respeito por essas figuras. E elas têm toda a legitimidade para, se de modo próprio desejarem, participar. Com certeza devem ser bem-vindas no espaço da política”, afirmou. De acordo com ela, o partido que eventualmente aliasse Ayres Britto seria um “agraciado”.

Legitimidade

“A Rede tem respeito por essas figuras. E elas têm toda a legitimidade para, se de modo próprio desejarem, participar. Com certeza devem ser bem-vindas no espaço da política.”

Marina Silva

EX-MINISTRA E PORTA-VOZ DA REDE

O ex-ministro confirmou as conversas com Marina, de quem se diz “amigo de muitos anos”. “Veza por outra a gente se junta para tomar um cafezinho e pensar grande o Brasil. Mas sem a mediação partidária”, afirmou. Ele nega interesse em disputar eleições. “Minha trajetória de vida no plano da ocupação ortodoxa de cargo público já está de bom tamanho.” A reportagem não conseguiu contato com Joaquim Barbosa.

‘Do bem’. Um dos principais articuladores de Marina, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) admitiu que o partido tem interesse em atrair integrantes do Judiciário. “Seria muito bom se eles se envolvessem na política. Quanto mais gente do bem e menos bandido na política, melhor. É melhor Joaquim Barbosa do que (o deputado cassado Eduardo) Cunha. É melhor Deltan (Dallagnol, procurador da Lava Jato em Curitiba) do que a turma do PMDB”, disse.

Randolfe afirmou que a Rede tem uma “vantagem comparativa natural” para atrair essas figuras. “Com a agenda e a linha que defendemos, nenhum outro partido é tão atrativo para eles quanto a Rede. Defendemos o fim do foro (privilegiado) e apoiamos a Lava Jato”, disse o senador, que foi relator na Casa da proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata do fim do foro. Ele confirma conversas

com Joaquim Barbosa, mas disse que o ex-ministro ainda não “acenou” com a possibilidade de entrar na política.

O senador ressaltou que a Rede tenta convencer Marina a ser candidata a presidente em 2018. Ela, porém, disse que ainda não decidiu. “Estou fazendo meu próprio discernimento no diálogo com a Rede, com outras lideranças de outros partidos, para ver qual melhor forma de contribuir com tudo isso”, desconvorsou. Um desses partidos é o PSB.

Segundo Randolfe, Marina tem conversado sobre o assunto com o presidente do partido, Carlos Siqueira, e a família Campos. Ele considera que, enfraquecido pela Lava Jato, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), não deve ser candidato a presidente. Para ele, isso fortalece uma aliança entre PSB e Rede, à medida que neutraliza a ala da sigla liderada pelo vice-governador paulista, Márcio França (PSB), que defende apoio ao tucano em 2018.

Viável. “A conversa se aprofundou. A possibilidade de refazer a aliança com a Rede estava fora de cogitação até a virada do ano, mas, hoje, pode se considerar com uma hipótese bastante viável”, afirmou o deputado Júlio Delgado (MG), da ala do PSB que defende independência da legenda em relação ao governo Temer. Ele disse ter conversado sobre o tema com Beto Albuquerque, vice-presidente da sigla, e com o governador da Paraíba, Ricardo Coutinho (PSB). “Eles veem com bons olhos.”

CONTINUA

14 MAI 2017

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Delgado pontua que, caso o PSB não evolua para uma candidatura própria, Marina é um dos campos políticos com os quais muitos integrantes da direção do partido admitem conversar para fazer aliança.

Outra possibilidade, afirmou, é firmar acordo com o ex-ministro Ciro Gomes (PDT-CE), pré-candidato ao Planalto em 2018. A intermediação tem se dado por meio do governador do Ceará, Camilo Santana, que cogita deixar o PT para se filiar ao PSB.

14 MAI 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Reforma quer reduzir disputas judiciais

Projeto em tramitação no Senado prevê fim da homologação obrigatória das rescisões trabalhistas nos sindicatos, mas proposta recebe críticas

Fernando Nakagawa / BRASÍLIA

Três a cada dez processos na Justiça do Trabalho questionam rescisões de contrato. Diante do fenômeno, a reforma trabalhista quer mudar o procedimento de demissão, com o fim da homologação obrigatória nos sindicatos. Como alternativa, propõe que a avaliação do fim do contrato poderá ser feita, se houver acordo entre patrão e empregado, voluntariamente, na Justiça do Trabalho. A ideia é reduzir o espaço para que o empregado questione judicialmente a rescisão no futuro.

Com a promessa de diminuir a burocracia, a reforma propõe acabar com a homologação obrigatória do fim do contrato de trabalho. Assim, não será mais necessário que o trabalhador vá até o sindicato após a demissão para assinar a rescisão, como ocorre atualmente.

Dados da Justiça do Trabalho mostram que divergências em relação ao fim do contrato de trabalho lideram as disputas na Justiça do Trabalho. No fim de 2016, as varas trabalhistas acumulavam processos com 16,9 milhões de questionamentos sobre a relação entre patrão e empregado. Do total, a rescisão era tema de 30,1%. A principal reclamação eram os valores pagos na rescisão: tema de 693,9 mil processos. Em seguida, apreciavam o aviso prévio (693,5 mil processos), verba rescisória sobre auxílio-doença (613 mil) e multa de 40% sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (602,1 mil). Todos itens relacionados ao procedimento da rescisão.

“Atualmente, o trabalhador faz a rescisão com assistência

de sindicatos, os valores são pagos e, mesmo assim, gera-se um novo processo trabalhista. É evidente que o processo não está funcionando”, diz Rogério Marinho (PMDB-RN), que foi o relator da reforma trabalhista na Câmara dos Deputados.

Prazo. O projeto, que após ser aprovado na Câmara tramita atualmente no Senado, prevê que, após a rescisão, a empresa terá dez dias para quitar débitos com o empregado. Após o período, a rescisão poderá ser homologada pela Vara do Trabalho – a primeira instância da Justiça trabalhista. “O juiz terá prazo de 15 dias para homologar a rescisão ou convocar uma audiência”, explica Marinho. O procedimento, porém, é voluntário e só acontece se houver acordo entre patrão e empregado.

A homologação voluntária gerará documento com a chance-la de todo o processo. Assim, será menor a possibilidade de questionar futuramente o procedimento na própria Justiça do Trabalho. “O procedimento cria segurança jurídica que não existe. Para a empresa, um potencial ônus trabalhista (desse empregado) praticamente desaparece”, diz Marinho. Ou seja, o procedimento fecha a porta para que o trabalhador questione no futuro a rescisão em temas como multa, verba rescisória e FGTS.

O novo procedimento, porém, tem recebido críticas. “Na homologação, o empregado que desconhece a legislação tem assistência do sindicato para corrigir eventuais erros. Sem a homologação obrigatória, o trabalhador estará sozinho e não conseguirá questionar o tema”, diz o coordenador nacional de combate às fraudes nas

relações de trabalho do Ministério Público do Trabalho, Paulo Joarês.

O presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo, Livio Enescu, diz que a mudança é “perigosa” para o trabalhador, porque “retira a capacidade fiscalizatória” sobre o encerramento dos contratos. “Os pagamentos poderão ser feitos incorretamente ou pode haver fraude no FGTS, aviso prévio e compensação pelo banco de horas”, exemplifica.

SÔNIA RACY

A Justiça anda

O STF tem vivido, sim, dias complicados, mas **Cármen Lúcia** tem o que comemorar. Uma análise do que se fez no ano revela que, nesses quatro meses e meio, a corte julgou mais temas de repercussão geral do que em todo o ano de 2016.

Foram 25 temas – e o impacto deles é considerável. Os dados recolhidos dos tribunais pelo CNJ indicam que permitirão a resolução de 104.833 processos, sobrestados em todo o País.

Corrupção também

rima com recessão

Corrupção do tipo mais conhecido no Brasil, o assalto ao bolso do contribuinte é um dos grandes temas de um novo livro sobre infraestrutura, produzido com a participação de um time respeitável de economistas, advogados e especialistas em administração. O volume foi lançado em São Paulo um dia antes de comparecer à Justiça Federal, em Curitiba, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, chefe de governo durante os primeiros oito anos da mais ampla e organizada pilhagem do Estado nacional, conhecida, em sua face mais vistosa, graças à Operação Lava Jato. O depoimento de Lula será lembrado por mais tempo do que a noite de autógrafos.

Ele converteu o evento em algo muito especial quando atribuiu exclusivamente à sua mulher, a falecida Marisa Letícia, qualquer interesse em relação ao triplex do Guarujá. Além disso, apontou o empresário Léo Pinheiro, da OAS, uma das maiores empreiteiras do País, como um esforçado vendedor de apartamentos. Morta em fevereiro, a ex-primeira-dama apareceu também com destaque numa declaração do pecuarista José Carlos Bumlai, amigo de Lula. Dela partiu, segundo Bumlai, a solicitação de compra do terreno para o Instituto Lula. Os dois depoimentos serão apenas mais um exemplo notável de coincidência casual?

Um dia antes do interrogatório de Lula no tribunal federal de Curitiba, o nome do juiz Sergio Moro chamou a atenção, em São Paulo, de quem foi ao lançamento do livro *Infraestrutura – Eficiência e Ética*, organizado pelo economista e consultor Affonso Celso Pastore, professor da USP, ex-secretário da

Sergio Moro assina prefácio de novo livro sobre infraestrutura. Alguém se espanta?

Fazenda de São Paulo e ex-presidente do Banco Central. O nome de Moro aparece na capa do volume, indicando o autor do prefácio.

É, no mínimo, incomum a presença de um juiz como prefaciador de um livro sobre investimentos em pontes, estradas, portos, aeroportos, centrais elétricas e redes distribuidoras de energia. A participação de advogados e professores especialistas em Direito Público e Comercial, como Carlos Ari Sundfeld, Claudia Polto da Cunha e Modesto Carvalhosa, é muito mais previsível. Eles podem tratar de assuntos como a lei de concessões, a segurança contratual e o risco regulatório associado à excessiva intervenção do Estado, alguns dos temas de Sundfeld. Podem também discutir a importância de instrumentos de garantia como os *performance bonds*, em uso nos Estados Unidos desde 1894 – assunto explorado pelo professor Modesto Carvalhosa.

Instrumentos desse tipo servem para proteger o contratante – no caso, o Estado – contra o descumprimento ou cumprimento imperfeito das cláusulas contratuais. Protegem contra o desleixo e a inépcia, mas também contra a malandragem. A discussão tem sabor teórico, mas o texto do professor Carvalhosa contém uma seção sobre a corrupção sistêmica e o capitalismo de laços, bem caracterizados, no Brasil, na atuação de grandes empreiteiras envolvidas na execução de projetos públicos e na exploração da infraestrutura.

Um capítulo inteiro, escrito por Maria Cristina Pinotti, é dedicado aos efeitos econômicos da corrupção – como desperdício de recursos, perda de produtividade e redução do crescimento econômico. A ineficiência resultante da associação criminosa entre empresários e agentes públicos é muito mais devastadora que outros problemas associados à propina, mostra o texto. Não por acaso a Itália tem permanecido estagnada há anos, com um dos piores desempenhos da Europa, enquanto outros países da região ganharam produtividade e elevaram seu potencial de crescimento. A Operação Mãos Limpas foi um dos temas de estudo da economista Maria Cristina Pinotti, nos últimos anos.

Ela já publicou artigos sobre o assunto e seu conhecimento da história – do sucesso inicial ao declínio das investigações e dos processos – ilustra o texto preparado para o livro. O exame é essencialmente econômico e evidencia o contraste entre a racionalidade do criminoso – corruptor ou corrupto – e o desajuste introduzido na economia pelo jogo da corrupção.

A maior parte dos textos é dedicada a questões mais comuns nos manuais técnicos. São discutidos esquemas de financiamento, vantagens econômicas das parcerias, formas de atração do capital privado, modelagem de concessões. Há estudos de caso e um bom resumo da experiência paulista com o programa de parcerias.

CONTINUA

14 MAI 2017

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O capítulo, assinado pela advogada Claudia Polto da Cunha e pelo economista Tomás Brüginski de Paula, explora, entre outros detalhes, as características da Companhia Paulista de Parcerias e o funcionamento do fundo financeiro usado como garantia das contraprestações previstas. Cinco de onze contratos assinados já estão em operação, como a Linha 4 do Metrô e o sistema de manutenção e modernização dos trens da Linha 8 da CPTM.

Quando se examina o conjunto, nada parece mais apropriado que um prefácio escrito pelo juiz Sergio Moro. Ele começa lembrando o trabalho do presidente americano Theodore Roosevelt, no começo do século 20, para conter a corrupção. A estratégia incluiu mudanças no financiamento de campanhas eleitorais. Em 1907, o Tillman Act proibiu a doação de empresas.

O texto contém uma análise da experiência americana, passa pela Operação Mãos Limpas e examina mais extensamente os esforços de combate à corrupção no Brasil. Lembra o enfraquecimento da Operação Mãos Limpas e chama a atenção para ameaças à Operação Lava Jato. São citados projetos para restringir a colaboração premiada, impedir a execução da pena antes da condenação final e constranger policiais, promotores e juizes.

Corrupção, é bom lembrar, envolve muito mais que imoralidade e crime. Desperdício, perda de crescimento e de empregos são efeitos muito mais amplos e dolorosos. Fraudes, compadrio e queima de bilhões contribuíram para a crise ainda presente. Corrupção é parte da história da recessão.



JORNALISTA

IMPACTO PARANÁ



JUSTIÇA

13 MAI 2017

Osmann de Oliveira - Advogado

CHEGOU COMO RÉU E QUIS SAIR COMO HERÓI!

"O 9 de Termidor de 27 de junho de 1794 no Calendário Grego 4iano, foi o fim do período do terror, o basta, à guilhotina e o fim do seu principal símbolo, Robespierre, que acabou guilhotinado no dia seguinte"... "Na noite de 10 termidor (28 de julho) Robespierre, Saint-Just, Couthon, Duma e 18 outros foram guilhotinados na Praça da Revolução, para onde haviam levado o cadafalso;"...

A expressão acima foi do advogado José Roberto Batochio, (Folha de São Paulo, de 03 de maio de 2017), que concluiu: "nessa metáfora, o juiz Sérgio Moro seria o Robespierre da Lava Jato": O fato histórico invocado não guarda semelhança com a realidade que se vive no Brasil, e isto porque, em primeiro lugar Robespierre, vencido em algumas das suas ideias, inclusive, com a criação de um Terceiro Estado, composto dos integrantes dos Comitês Agrários, e sabendo que o seu correligionário Lebas, se matara, não teve dúvidas, e desfechou contra si mesmo, segundo a obra: A Revolução Francesa, de George Lefebvre, um tiro de pistola que lhe quebrou o maxilar. Em seguida foi declarado "traidor da República, e junto com ele mais, Hébert e Danton, além de mais outras 71 pessoas".

Evidentemente não se pode comparar o Juiz Sérgio Moro com Robespierre, e nem o ideal de um, com o desejo político de outro. Lá, em França, havia a causa de coalizão Geral, defendida pelos Girondinos e Montagnards, enquanto aqui, o debate gira em torno da "delação premiada" o que não deixa de ser uma espécie de partilha, ou de recompensa de um mal por força de outro.

Sob outro enfoque, tenta-se fazer do interrogatório do ex-Presidente, um comício.
Errado.

O ex-Chefe da Nação - sem demérito das suas qualidades pessoais - não está sendo julgado por um tribunal popular, de onde se conclui, sem paixão, que sua oitiva, não passa de uma fase do processo penal. Nesse caso, não há porque tanto alarido. Sob o ponto de vista emocional e eleicoeiro partidários, seus arregimentaram, dezenas de pessoas, todas imbuídas e boa fé, para que comparecessem ao ato. E essas pessoas foram, muito mais por curiosidade, do que propriamente para hipotecar solidariedade ao político duramente acusado por antigos companheiros e, presentemente, negados por eles mesmos.

Finalmente os dignos integrantes da grei chamada Lavajato permanecem ativos e confiantes de que todo o trabalho encetado não se dissolva, pois, já estão procurando liquidá-la. Nessa hora é preciso que o povo se reúna e de modo amplo a prestigie. Note-se, que desde longa data, o Brasil vinha pedindo o expurgo da corrupção. Mesmo os militantes, depuseram João Goulart; intervieram no Congresso Nacional, suspenderam Ministros do Supremo Tribunal Federal, afastaram Magistrados dos seus cargos, e tentaram dar ao País uma nova situação.

Agora, passados alguns anos, a Procuradoria Geral da República, graças aos jovens que a integram, está mudando todos os quadros administrativos, através da atuação constante da LAVAJATO. E, o mais importante: a população os apoia.

P.S. - Um recado: Eminentíssimo Magistrado Sérgio Moro você é um jovem e como todo moço idealista, cultiva para os seus filhos e para os nossos, o sonho de um Brasil diferente. Ouça, entretanto, a palavra de um velho advogado: não se deixe empolgar pelos que muito o elogiam. A ambição, como a inveja possuem os olhos da indiferença e a frieza do descaso!

13 MAI 2017

IMPACTO PARANÁ

NÃO É DE HOJE QUE O MINISTRO GILMAR MENDES TENTA APARECER

O QUE É QUE
VOCÊS ACHAM DE
EU SAIR CANDIDATO A
VICE-PRESIDENTE NA CHAPA
DO LULA MANDANDO PRENDER
O SERGIO MORO E AQUELE
TAL DE DATAGNOLL?



Desde o Mato Grosso do Sul, onde construiu a sua carreira jurídica, e onde é rico empresário de terras, Gilmar Mendes vem tentando aparecer e manter-se nas manchetes nacionais. Responsável por algumas liberdades pelo poder sua caneta, o dito ministro atingiu agora o máximo ao tirar da cadeia o tristemente famoso Zé Dirceu, decisão que repercutiu em todo o país vem gerando um desgaste de imagem para o STF onde formou com Lewandowski e Dias Tóffoli, uma trinca famosa. Denunciado pelo Procurador da República Rodrigo Janot, por ter concedido liberdade a um cliente de sua esposa, advogada do mesmo, Gilmar Mendes vem tentando por todos os meios convencer de que tal procedimento não se enquadra nos impedimentos previstos para decisões desse tipo. Ao liberar Eike Batista, o rico empresário envolvido em negócios suspeitos com o ex-governador Sergio Cabral, do Rio de Janeiro, o Ministro Gilmar Mendes virou manchete. Dizem que é a tentativa, mais uma vez, de tentar aparecer a qualquer custo como supremo dos supremos, comportamento que tentou dividir em outros tempos com o ministro Joaquim Barbosa, pelo qual foi afastado do cenário. Agora, no âmbito que imaginou apropriado para aparecer, Gilmar Mendes virou notícia em todo o país. Mas de modo negativo!

BEMPARANÁ

15 MAI 2017

No Paraná, quase 80 mil podem ter título eleitoral cancelado

Apenas 3.400 eleitores procuraram a Justiça para regularizar sua situação no prazo estabelecido

Dados atualizados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revelam que quase 80 mil eleitores paranaenses podem ter o título cancelado por não terem votado nem justificado a ausência nas últimas três eleições. O número já leva em conta os eleitores que procuraram a Justiça para regularizar a situação após as eleições municipais do ano passado. O prazo para a regularização terminou no último dia 2. O cancelamento automático do título ocorrerá entre 17 a 19 de maio.

Em todo o Estado, 82.125 eleitores não votaram nem justificaram a ausência nas últimas três eleições. Desses, apenas 3.400 procuraram os cartórios eleitorais para regularizarem sua situação, entre 2 de março e o início do mês. Permanecem em situação irregular perante a Justiça Eleitoral, portanto, 78.725 eleitores, de acordo com o TSE.

No segundo turno das eleições em Curitiba, no ano passado, por exemplo, 259.399 optaram por não comparecer às urnas na disputa entre Rafael Greca (PMN) e Ney Leprevost (PSD) pela prefeitura da Capital, ou mais de 10% do total do eleitoral.

TSE

82.125

eleitores

não votaram nem justificaram a ausência nas últimas três eleições

A legislação considera cada turno de votação um pleito em separado para efeito de cancelamento de título. A regra estabelece que "será cancelada a inscrição do eleitor que se abster de votar em três eleições consecutivas, salvo se houver apresentado justificativa para a falta ou efetuado o pagamento de multa, ficando excluídos do cancelamento os eleitores que, por prerrogativa constitucional, não estejam obrigados ao exercício do voto". Assim, os eleitores com voto facultativo - analfabetos, eleitores de 16 a 18 anos incompletos e maiores de 70 anos - ou com deficiência previamente informada à Justiça Eleitoral não necessitam comparecer ao cartório para regularizar a sua situação.

Em todo o País, 1.898.472 eleitores estão em situação irregular. Maior colégio eleitoral do país, o estado de São Paulo registra o maior número de eleitores nesta situação: são 510.489. Em seguida, aparecem o Rio de Janeiro (RJ), com 255.438, Minas Gerais, com 169.111 eleitores, e o estado da Bahia, quarto colégio eleitoral do país, com 144.194. No Distrito Federal, apenas quatro eleitores continuam em situação irregular.

Em 2015, foram cancelados 1.711.267 títulos de eleitores que não regularizaram a situação junto à Justiça Eleitoral. Já em 2013, um total de 1.354.067 eleitores tiveram seus títulos cancelados por não terem votado nem justificado a ausência nas três últimas eleições realizadas até 2012. Em 2011, foram cancelados 1.395.334 títulos. Em 2009, esse total foi de 551.456, isso para os eleitores que completaram, nas eleições municipais de 2008, três eleições sem votar ou justificar a ausência. Em 2007, 1.640.317 registros foram cancelados.

CONTINUA

15 MAI 2017

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Cancelamento - A relação dos eleitores que podem ter o título cancelado pode ser consultada no site do TSE ou nos cartórios eleitorais — a Justiça Eleitoral não faz comunicação por e-mail ou correspondência. O cidadão pode consultar sua situação na aba Eleitor no link “Consulta por nome”, entre outros tópicos, localizada na barra verde superior da homepage do Portal do TSE ou no site do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado. Pode ainda ir ao cartório eleitoral e solicitar essa informação.

Consequências - Quem não regularizou a situação do título eleitoral poderá ser impedido de obter passaporte ou carteira de identidade, receber salários de função ou emprego público e obter certos tipos de empréstimos e inscrição.

A irregularidade também pode gerar dificuldades para investidura e nomeação em concurso público, renovação de matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo e obtenção de certidão de quitação eleitoral ou qualquer documento perante repartições diplomáticas a que estiver subordinado.

Paraná é o campeão nacional de apreensões de armas de fogo

De 2011 a 2016 foram quase 72 mil unidades apreendidas e depois enviadas ao Exército Brasileiro

Uma parceria entre o Poder Judiciário e o Exército Brasileiro tem reduzido a quantidade de armas de fogo no país. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre 2011 e 2016 pelo menos 320 mil armamentos juntados a processos, além de munição, foram enviados por tribunais de Justiça ao Exército para destruição ou doação. O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) lidera o ranking, tendo remetido 71,7 mil armas de fogo ao Exército no período analisado.

De acordo com Leonardo Bechara, juiz auxiliar da corregedoria de Justiça do Paraná, a apreensão e manutenção das armas com a segurança das unidades judiciais é uma grande preocupação. “Aqui, como em outros estados, já houve furtos e roubos em fóruns”, conta.

Só em 2016, o Tribunal paranaense entregou 12,1 mil armamentos — 18% dos 67,6 mil apurados junto aos TJs do país no mesmo período —, ante 5,4 mil em 2015. O incremento, diz o juiz auxiliar, reflete o maior controle da guarda dos bens, iniciado em fevereiro do ano passado. Desde então, uma equipe acompanha cerca de 150 expedientes que monitoram as varas do estado. “É um monitoramento individual. Se a lotação passa do nível verde para o amarelo, já atuamos. Não se chega mais ao vermelho”, relata o magistrado.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

15 MAI 2017

Restam, contudo, 24,8 mil armas em posse do Judiciário paranaense. A princípio a ideia, segundo Bechara, é manter os itens já periciados em delegacias. “A ideia é ter arma nenhuma dentro de fórum”, aponta o juiz auxiliar.

Um estudo do Instituto Sou da Paz, de 2012, já apontava o Judiciário como maior gargalo ao fluxo de armas em poder do setor público. Um entrave é reter o bem sob guarda da Justiça até o fim do processo, concluíram os pesquisadores. Para se ter noção do problema, em dezembro de 2010 as unidades judiciais mantinham 755 mil armamentos no País.

Diante das ocorrências frequentes de furtos e roubos de armas guardadas em fóruns, o CNJ ditou a Resolução 134/2011, que prevê o envio dos itens ao Exército duas vezes por ano. A entrega das armas às Forças Armadas segue determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003).

Total supera o número apurado

O número de 320 mil armas encaminhadas por tribunais de Justiça ao Exército já é algo considerável. Mas o total de armas que deixou a guarda do Judiciário supera o apurado. Segundo o CNJ, o levantamento não obteve dados dos três tribunais de maior porte do país — São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Juntos, eles detinham 59% dos 59 milhões de casos pendentes na Justiça estadual em 2015, conforme a mais recente edição do Justiça em Números.

Para o sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, autor do Mapa da Violência, armas de fogo na mão da população incentivam a mortalidade, como mostram pesquisas em todo o mundo. Ao analisar assassinatos de 1980 a 2014, a mais recente edição do estudo indica que a taxa de mortes a tiros se estabilizou ao redor de 71% em 2004, após o Estatuto do Desarmamento.

15 MAI 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Defensoria Pública aponta falhas na aplicação da Lei Maria da Penha

Apesar da concessão de medidas emergenciais de proteção à mulher vítima de violência pelo Poder Judiciário, como proibição de contato do agressor e afastamento dele do lar, outras ações necessárias, como a definição de pensão alimentícia à vítima, não são deferidas, o que demonstra falhas na aplicação integral da Lei Maria da Penha, segundo a pesquisa O Papel do Judiciário na Concessão das Medidas Protetivas. O levantamento foi divulgado na sexta-feira pelo Núcleo de Defesa da Mulher (Nudem) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ).

O trabalho analisou 295 casos em que houve atuação da Defensoria Pública e foi verificado que em 67,46% houve a concessão de medidas protetivas e apenas em 13,9% os pedidos foram totalmente negados.